

Sílvia José Pestana Mendes

Controlo Interno nas Empresas Madeirenses

Dissertação de Mestrado em Contabilidade e Finanças, na especialidade de Auditoria, apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra para obtenção do grau de Mestre

Coimbra, 2013



UNIVERSIDADE DE COIMBRA



FEUC FACULDADE DE ECONOMIA
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Sílvia José Pestana Mendes

Controlo Interno nas Empresas Madeirenses

**Dissertação de Mestrado em Contabilidade e Finanças, na especialidade de
Auditoria, apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra
para obtenção do grau de Mestre**

Orientador: Prof. Doutor José Manuel Bernardo Vaz Ferreira

Coimbra, 2013

Agradecimentos

A realização deste estudo, é um culminar de muitas horas de dedicação; além disso, não seria possível realizar este trabalho sem o apoio de algumas pessoas.

Queria agradecer a minha mãe, pela força e apoio incondicional em todas as minhas decisões; pelo afeto com que sempre me estimulou nas suas palavras de conforto; e pelo seu esforço financeiro que nos dias que decorrem é um encargo acrescido.

Ao meu pai, apesar de não demonstrar grandes afetos, apoiou em todas as minhas decisões.

Gratificar os meus irmãos, pela paciência e ensinamentos que transmitiram; eles foram um pilar essencial nesta etapa.

Ao meu namorado, pela sua presença incansável de apoiar nas minhas decisões, e pela paciência e dedicação que demonstrou apesar da longa distância que nos afasta.

Agradecer a Ana Lúcia e a Irina, pelo apoio prestado nas horas mais difíceis e pela ajuda preciosa na concretização do mesmo.

Aos meus amigos, um especial muito obrigado pelo apoio e pela expectativa que orientaram na esperança de concretizar uma nova etapa, pela dedicação que pegaram no meu estudo e ajudaram a concretiza-lo.

Agradecer a dedicação que o meu orientador Professor José Vaz Ferreira teve neste projeto, pela confiança depositada, pelas palavras de conforto, pela incansável paciência, correção e entendimento das dificuldades apresentadas como também agradecer a sua disponibilidade imediata.

Por fim, agradecer a todas as empresas que ajudaram a realizar o meu estudo, na dedicação e compreensão no decorrer dos questionários, sem eles era impossível a concretização deste trabalho.

Resumo

Este estudo tem como objetivo analisar a situação das empresas da Região Autónoma da Madeira no difícil contexto atual. As falências nas empresas têm acontecido com regularidade, devido às diversas alterações conjunturais, que provocam mudanças no contexto do sistema de controlo interno.

Este estudo foi realizado com o objetivo de verificar se os procedimentos do controlo interno estão a ser aplicados corretamente nas empresas madeirenses e verificar se as empresas estão fragilizadas devido às condições atuais que o país atravessa, mais concretamente na situação desta região insular que, no ano de 2011 sofreu um aumento do IVA (Imposto sobre o Valor Acrescentado) em seis pontos percentuais. Deste modo, este estudo pretende verificar os pontos fracos do controlo interno em concordância com outros três fatores externos (pagamentos por parte do Estado às empresas, aumento do IVA para 22% e aparecimento de novas superfícies/concorrência).

Os resultados do estudo revelam que as empresas da Madeira ainda cometem algumas falhas no controlo interno, de natureza multifatorial. Em relação ao Estado, este tem um papel pouco significativo na situação das empresas (17,2%), o mesmo não sucedendo com o impacto do aumento do IVA, já que, cerca de 96,9% das empresas referem que os clientes estão a consumir menos, o que é preocupante. Em resultado desta situação, 26,7% da amostra coloca em hipótese a falência associada a este último fator. No que diz respeito à concorrência, os resultados demonstram que metade (50%) das empresas inquiridas, sentiram um impacto negativo no seu negócio após a entrada das grandes superfícies na Região.

Por último, as empresas madeirenses, neste momento, sofrem um forte impacto de componentes externos ao controlo interno, sendo necessária uma reestruturação, essencialmente no IVA.

Palavras-chave: Sistema de Controlo Interno; Empresas; Gestão do Risco; COSO; Região Autónoma da Madeira.

Abstract

This study aims to analyze the current and difficult context of the Autonomous Region of Madeira enterprises. The bankruptcies in companies have been happening regularly, because the various cyclical changes, causing disturbances in the context of the internal control system.

This study was conducted with the aim of verifying whether the internal control procedures are being applied correctly in Madeira companies and check whether companies are vulnerable by the current conditions that the country is facing, more specifically in the case of this island region that in the year 2011 had a VAT (Value Added Tax) increase of six percentage points. Therefore, this study aims to check the weaknesses of internal control in accordance with three other external factors (payments by the state enterprises, the VAT increase to 22% and the emergence of new surfaces/competition).

The study results reveal that Madeira companies are still making some errors in the internal control, of multifactor nature. Concerning to the state, it has played a minor role in the situation of the companies (17.2%), the same is not happening with the impact of the VAT increase, since approximately 96.9% of the companies refer that customers are consuming less, which is worrying. As a result of this, 26.7% of the sample puts in hypothesis bankruptcy associated with this factor. Regarding competition, the results show that half (50%) of company's surveyed felt a negative impact on their business after the entry of large surfaces in the region.

Finally, Madeira companies, at this moment, suffer a strong impact of external components to the internal control, showing a need restructuring, mainly in VAT.

Keywords: Internal Control System; Enterprises; Risk Management; COSO; Madeira Autonomous Region.

Siglas

AAA – *American Account Association*

AI – Auditoria Interna

AICPA – *American Institute of Certified Public Accounts*

CI – Controlo Interno

COBIT – *Control Objectives for Information and Related Technology*

COSO – *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*

DRA – Diretriz de Revisão/Auditoria

ERM – *Enterprise Risk Management*

EUA – Estados Unidos da América

IAPMEI - Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação

IF – *Integrated Framework*

IFAC – *International Federation of Accountants*

IIA – *Institute of Internal Auditors*

IIARF – *The Institute of Internal Auditors Research Foundation*

IPAI – Instituto Português de Auditoria Interna

IPPF – *International Professional Practices Framework*

ISA – *International Standards on Auditing*

IT - *Information Technology*

IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado

LDA – Sociedade por Quotas

OROC – Ordem dos Revisores Oficiais de Contas

OTOC – Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas

RAM – Região Autónoma da Madeira

ROC – Revisores Oficiais de Contas

SA – Sociedades Anónimas

SAC – *Systems Auditability and Control*

SAS – *Statements on Auditing Standards*

SCI – Sistema de Controlo Interno

SEC – *Securities and Exchange Commission*

SPSS – *Statistical Package for the Social Sciences*

TI – Tecnologias de Informação

TOC – Técnicos Oficiais de Contas

Lista de Apêndices

Apêndice I - Caraterização da amostra

Apêndice II - Procedimentos de auditoria interna relativos aos meios financeiros líquidos

Apêndice III - Procedimentos de auditoria interna relativos a compras de bens e de serviços e dívidas a pagar

Apêndice IV - Procedimentos de auditoria interna relativos a pessoal

Apêndice V - Procedimentos de auditoria interna relativos a inventários

Apêndice VI - Procedimentos de auditoria interna relativos a ativos fixos tangíveis

Apêndice VII - Procedimentos de auditoria interna relativos a vendas e dívidas a receber

Apêndice VIII - Perceções sobre o aumento do IVA

Apêndice IX - Perceções sobre o aumento da concorrência

Apêndice X - Questionário

Lista de Anexos

Anexo I - Diferenças das funções entre os auditores

Anexo II - Evolução dos paradigmas da Auditoria Interna

Anexo III - Exemplo de folha de trabalho para avaliação do controlo interno

Anexo IV - Análise comparativa dos modelos

Índice de Figuras

Figura 1 - Características da Auditoria Interna.....	10
Figura 2 - Componentes do Controlo Interno.....	22
Figura 3 - Componentes do Controlo Interno baseado no Risco.....	48
Figura 4 - Cubo Cobit.....	51
Figura 5 - Modelo SAC.....	55

Sumário

Parte I – Introdução	1
Parte II- Revisão da Literatura	5
Capítulo 1 - Enquadramento do Sistema de Controlo Interno	5
1.1 - Auditoria	5
1.1.1 - Auditoria Interna vs. Auditoria Externa.....	6
1.1.2 - Auditoria Interna	8
1.2 - O Velho e o Novo Paradigma da Auditoria Interna.....	13
Capítulo 2 - Sistema de Controlo Interno	15
2.1 - Definição e conceito	15
2.2 - Caracterização	18
2.3 - Importância de um Sistema de Controlo interno.....	19
2.4 - Objetivo do Controlo Interno	20
2.5 - Componentes do Controlo Interno	21
2.6 - Limitações do Controlo Interno.....	25
2.7 - Formas de Recolher os Sistemas de Controlo Interno	27
2.7.1 - Medidas de Controlo Interno	29
2.7.1.1 - Meios Financeiros Líquidos	29
2.7.1.2 - Compras de Bens e de Serviços e Pessoal da Empresa	31
2.7.1.3 – Pessoal	31
2.7.1.4 – Inventários	32
2.7.1.5 - Ativos Fixos Tangíveis	33
2.7.1.6 – Vendas e Prestações de Serviços.....	34
Capítulo 3 – Materialidade e Risco	35
3.1 - Risco de Auditoria.....	36
3.2 - Risco do Negócio	38
3.3 - Lei Sarbanes Oxley	39
Capítulo 4 - Modelos de Controlo Interno	43
4.1 - COSO	43
4.1.1 - Controlo Interno	44
4.1.2 - Gestão do Risco	47
4.2 - COBIT	50
4.3 - SAC.....	53
4.4 - SAS 55/78.....	55
4.5 - Análise Comparativa dos Modelos	57
Parte III – Tratamento dos Dados	59
Capítulo 5 - Estudo Empírico	59
5.1 - Metodologia	60
5.2 - Método de investigação.....	61
5.3 - Amostra	62
5.4 - Hipóteses a testar	63

Capítulo 6 - Resultados	65
6.1 - Caraterização da Amostra	65
6.2 - Caraterização de Procedimentos de Auditoria Interna.....	65
6.2.1 - Meios Financeiros Líquidos	66
6.2.2 - Compras de Bens e de Serviços e Dívidas a Pagar	67
6.2.3 - Pessoal	68
6.2.4 - Inventários.....	68
6.2.5 - Ativos fixos tangíveis	70
6.2.6 - Vendas e dívidas a receber.....	70
6.3 - Adequação do Controlo Interno na Amostra	71
6.4 - Perceção e Resposta Face a Condicionabilidades Externas	72
6.4.1 - Perceções sobre o Aumento do IVA.....	72
6.4.2 - Perceções sobre a verba do Estado.....	73
6.3.3 - Perceções sobre o aumento da concorrência das grandes superfícies	73
Capítulo 7 – Limitações do Estudo e Investigação Futura	75
Parte IV - Conclusão	77
Bibliografia.....	81
Anexos	89
Apêndices.....	95

Parte I – Introdução

Ao longo do tempo têm surgido várias definições para o conceito do controlo interno, não existindo, assim, uma definição concreta e objetiva mas sim, uma definição consensualmente aceite pelos autores da especialidade:

O controlo interno compreende o plano de organização e todos os métodos e medidas adotados numa entidade para: salvaguardar os seus ativos; verificar a exatidão e a fidedignidade dos seus dados contabilísticos; promover a eficácia operacional; e encorajar o cumprimento das políticas prescritas pelos gestores (Costa, 2010).

Com a evolução das tecnologias e a crescente globalização, o controlo interno está de “mãos dadas” com a avaliação e mitigação dos riscos que as empresas podem correr com o uso das novas tecnologias e, atualmente, existem vários modelos para ajudar neste novo contexto.

O mercado nacional detém de um tecido empresarial maioritariamente constituído por micro e pequenas empresas, sendo que as médias e grandes empresas representam apenas uma pequena fatia.

Uma empresa, por mais pequena que seja, tem que executar um sistema de controlo interno para uma melhor organização operacional. Contudo, quanto maior for a empresa, mais rigoroso será o seu controlo interno e o inverso também sucede; numa empresa familiar o sistema de controlo tende a ser elementar e muito débil. Pelas razões supracitadas, as empresas de grande dimensão possuem um controlo mais eficiente, com maior rendimento e com poucos gastos, conseguido através do cumprimento das exigências dos gestores das mesmas.

Contudo, a implementação de um controlo interno adequado, não significa necessariamente que a empresa esteja livre de riscos. O controlo interno vai ajudar a traçar os objetivos e a planear estratégias, pois, se uma empresa não correr riscos, não tem projeção para o futuro, sendo que os riscos podem ser investimentos, e todos os investimentos por mais rudimentares que sejam, acarretam riscos.

A elaboração do presente estudo, tem como principal objetivo, o sistema de

controlo interno das pequenas empresas num meio insular, mais concretamente no mercado da Região Autónoma da Madeira. A investigação está dividida em duas partes, sendo que a primeira abordagem é acerca dos conteúdos teóricos do controlo interno, e a segunda diz respeito à execução do estudo exploratório, ou seja, o trabalho no terreno para avaliar o controlo interno nas empresas madeirenses.

Numa primeira parte do estudo, ou seja, na revisão da literatura, procurámos enquadrar o tema. O controlo interno advém da Auditoria, mais concretamente da Auditoria Interna. Assim, foi elaborada uma análise sobre a Auditoria e os seus dois tipos: interno e externo, para demonstrar as diferenças entre as mesmas. Foi feita ainda, uma comparação entre os paradigmas do sistema de controlo interno, pois, antes era abordado o controlo interno e, atualmente, passou a designar-se risco de negócio em compilação com o controlo interno.

Na segunda parte da revisão da literatura, é abordado pormenorizadamente o conceito, os objetivos, as limitações, as maneiras de processar, entre outras análises, de modo a definir o sistema de controlo interno. Analisa-se também o plano de concretização dos objetivos traçados pela entidade num adequado controlo interno, este tem que englobar cinco componentes (Ambiente de Controlo, Avaliação do Risco, Atividades de Controlo, Informação e Comunicação e Atividades de Monitorização) para poder alcançar as metas pretendidas pela empresa.

Em relação à terceira e última parte da revisão, esta está mais focada para o risco de negócio no controlo das empresas, onde é desmistificada uma lei que ajuda muitas empresas a gerir adequadamente e com transparência as demonstrações financeiras, sendo um elemento importante nas empresas cotadas nas bolsas. Para apoiar as empresas num adequado sistema de controlo interno e na mitigação do risco, são referenciados alguns dos modelos existentes em todo o mundo, os quais permitem que muitas empresas realizem um bom controlo interno.

Após apresentar a parte teórica do estudo, acima referenciado, transpomos as ideias da teoria para a prática, através de um questionário com perguntas direcionadas a cada tipo de área de atividade da empresa, para poder analisar a gestão do controlo interno, com o intuito de poder averiguar as deficiências e erros que as entidades cometem e que,

muitas vezes, desencadeiam a falência. Este objetivo foi executado através de um questionário, com perguntas sobre a identificação da empresa, especificando o número de funcionários entre os 10 e 50 (para ser designada pequena empresa), questões de controlo interno e outros três fatores externos, que podem levar as empresas à falência: o aumento do IVA, falta de pagamento do Estado às empresas e a entrada de grandes superfícies/concorrência local.

Na secção dos resultados, estes são apresentados e explanados de acordo com as hipóteses em estudo, apresentando-se algumas tabelas para permitir uma melhor interpretação dos mesmos. Sendo na qual, é dado ainda um parecer acerca das limitações do estudo, e são sugeridas possíveis abordagens para futuras investigações na área.

Por fim, é elaborada uma conclusão com vista a debater os resultados obtidos e a corroboração das hipóteses estudadas com as respetivas percentagens da hipótese.

Parte II- Revisão da Literatura

Capítulo 1 - Enquadramento do Sistema de Controlo Interno

Não podemos abordar o tema do Sistema de Controlo Interno (SCI), sem antes contextualizar a sua origem na Auditoria que abrange duas áreas distintas: a Auditoria externa e a Auditoria interna. O sistema de controlo interno, como o próprio nome refere é “interno” e, por isso, provém da Auditoria interna. Este é efetuado dentro da própria entidade e de forma contínua pelas pessoas que administram, ou até por auditores contratados pela mesma.

O sistema de controlo interno é uma vertente essencial na definição de objetivos a alcançar na empresa, como também na organização da mesma, pelo qual, um adequado controlo na entidade pode posicionar uma empresa no sucesso.

1.1- Auditoria

Ao longo dos tempos, têm havido várias alterações na Auditoria; por esta não ter uma definição única e estática, o conceito tem sofrido várias mutações no seu contexto inicial.

Inicialmente, a Auditoria tinha como principal objetivo a investigação de erros e fraudes; atualmente, como consequência das conjunturas económicas e sociais que já atravessou, rege-se por novos princípios.

Em termos genéricos, a Auditoria pode ser definida como um exame à própria entidade com o intuito de verificar a situação financeira/económica da mesma. Segundo Morais & Martins (2007), refere que a auditoria é o processo sistemático de, objetivamente, obter e avaliar provas acerca da correspondência entre informações, situações ou procedimentos e critérios pré-estabelecidos, assim como comunicar as conclusões aos interessados.

Na visão de uma das instituições internacionais, *International Federation of Accountants* (IFAC apud Tribunal de Contas, 1999), procurou generalizar uma definição com o intuito de clarificar este conceito: “Auditoria é uma verificação ou exame, feito por um

auditor aos documentos de prestação de contas, com o objetivo de o habilitar a expressar uma opinião sobre os referidos documentos de modo a dar aos mesmos a maior credibilidade.”

O Tribunal de Contas (1999), numa definição simplista, define que:

Auditoria é um exame ou verificação de uma dada matéria, tendente a analisar a conformidade da mesma com determinadas regras, normas ou objetivos, conduzido por uma pessoa idónea, tecnicamente preparada, realizado com observância de certos princípios, métodos e técnicas geralmente aceites, com vista a possibilitar ao auditor formar uma opinião e emitir um parecer sobre a matéria analisada.

1.1.1 - Auditoria Interna vs. Auditoria Externa

Como já foi referido, existem dois tipos de auditoria: interna e externa. Ao sabermos diferenciar os dois tipos de auditorias, é fácil de perceber quem profere a parte do sistema de controlo interno.

O SCI advém da auditoria interna, isto significa, que é executado por auditores que estão integrados na entidade, exercendo funções para com as mesmas. Os auditores internos, são considerados “trabalhadores” da empresa, onde são agregados no departamento contabilístico ou administrativo. Apesar do vínculo à entidade, o auditor interno deve exercer as suas funções com absoluta independência profissional.

Os auditores externos são auditores independentes, integrados numa empresa de auditoria externa à empresa, sendo que é consignado um auditor externo aquando a empresa auditada adquire os seus serviços. Para ser auditada, a empresa não tem que preencher requisitos, simplesmente pode solicitar auditoria quando pretender avaliar o seu estado financeiro.

A auditoria interna só é rentável em empresas de grande dimensão, de modo a compensar o custo na admissão de um auditor interno, mais concretamente de deter um departamento de auditoria interna no seio da empresa. Nas pequenas entidades, quem faz o controlo, normalmente, é o gerente ou até mesmo o próprio dono (no caso de microempresas).

Uma das vantagens de uma auditoria interna, é a existência de um departamento na própria empresa que a controla, permanentemente, com o objetivo de combater alguns erros e fraudes, obter os melhores recursos e diminuir gastos que possam ser desnecessários.

Os relatórios elaborados pela auditoria interna, são assinados pelo chefe de departamento e, posteriormente, são dirigidos à administração que, conseqüentemente, irá comunicar aos acionistas a posição da entidade. Assim, a auditoria interna deve funcionar na dependência direta da administração (Barata, 1996).

Todavia, existem desvantagens na auditoria interna: por um lado temos o risco inerente dos auditores internos possuírem uma rotina de trabalho na empresa e que, apenas analisem certos setores, deixando outros setores no esquecimento; por outro lado, temos as amizades criadas no seio da empresa, que podem colocar em causa a falta de rigor nas operações exercidas pelos auditores internos, e provocar, assim, um desfasamento na precisão do controlo.

Segundo Franco & Marra (1995), chamam a atenção para a importância e necessidade das empresas terem uma auditoria interna, para obter controlo constante e permanente de todas as suas operações. Podem também, ser importantes os serviços do auditor externo, que sendo um profissional desvinculado à empresa, tem maior liberdade e independência e, assim, auxilia o auditor interno na solução de problemas que ele não tenha condições para resolver e detetar.

A auditoria externa, tem como principal objetivo a transmissão de informação aos acionistas sobre a situação das contas da empresa, o que significa que a maioria das contratações deste tipo são feitas por empresas cotadas nos mercados bolsistas. Este tipo de empresas, exigem que sejam preparadas pelo auditor externo informações de qualidade, através de um relatório de gestão, nas demonstrações financeiras, apresentando aos acionistas uma perspectiva futurista no avanço do mercado, dando relevo à importância da gestão estratégica.

Numa primeira leitura, parece que estes dois tipos de auditores são iguais, apenas se diferenciando se o auditor pertence à entidade ou não. Este critério de diferenciação é insuficiente. Para Costa (2008), sublinha que existem várias e consideráveis diferenças entre

os dois tipos de auditoria, invulgarmente patenteadas e, nos dias de hoje, frequentemente ignoradas ou omissas pelos nossos auditores. As diferenças essenciais estão relacionadas com: os fins traçados, os destinatários dos trabalhos, as atividades, a metodologia, as apreciações, entre outras.

Com tudo isto, podemos afirmar que as profissões de auditor externo e auditor interno são muito diferenciadas, embora tenham um objetivo comum. Quanto melhor for a qualidade do trabalho dos auditores internos, mais fácil e menos oneroso será o trabalho dos auditores externos (Barata, 1996).

O anexo 1 demonstra as diferenças nas funções que cada auditor assume, e ao mesmo tempo dá para obter com clareza os objetivos de cada um dos auditores.

1.1.2 - Auditoria Interna

O sistema de controlo interno consiste num conjunto de normas e práticas organizativas, dirigidas a proporcionarem um conforto razoável no cumprimento dos objetivos da entidade, segundo as normas de transparência, eficácia e regularidade de funcionamento. A apreciação e execução da eficácia do sistema de controlo interno estão centralizadas no departamento de Auditoria Interna, que envolve também a administração e a fiscalização nas atividades de identificação do risco (Câmara, 2008 apud Saraiva, 2010).

O Instituto Português de Auditoria Interna (IPAI, 2009) define, numa abordagem simplista, o conceito que a auditoria interna traduz:

A auditoria interna é uma atividade independente, de garantia e de consultoria, destinada a acrescentar valor e a melhorar as operações de uma organização. Ajuda a organização a alcançar os seus objetivos, através de uma abordagem sistemática e disciplinada, na avaliação e melhoria da eficácia dos processos de gestão de risco, de controlo e de governação.

A auditoria interna é executada em todos os países do mundo nos mais variados ambientes e nas mais complexas empresas, no qual variam nos seus objetivos, dimensão e na sua estrutura. Para além disso, as leis e regulamentos diversificam entre países, afetando a prática da atividade de auditoria interna.

Segundo Pinheiro (2010), a auditoria interna fornece os meios para “operacionalizar a mudança no seio da empresa”. Ao revelar as disfunções existentes no seio da empresa e ao desnudar as relações de coerência e incoerência com as políticas estabelecidas pela gestão, a auditoria interna exerce um papel didático importante, obrigando a que os gestores operacionais tenham uma estratégia de gestão mais atuante, com adoção de medidas que mitiguem o risco negativo de colocar a empresa na falência.

A Auditoria Interna tem como propósito, apoiar a empresa no cumprimento dos objetivos, colocando à disponibilidade métodos de controlo adequados à melhoria da performance, conduzindo ao crescimento sustentável da empresa.

Segundo a norma 2 130-A1 do *International Professional Practices Framework* (IPPF), aplicada pela *Institute of Internal Auditors* (IIA apud Costa, 2010), a implementação da Auditoria Interna tem como objetivos essenciais:

- A confiança e a integridade da informação financeira e operacional;
- A eficiência das operações de modo a atingir os objetivos estabelecidos;
- A salvaguarda dos ativos;
- O cumprimento das leis, regulamentos e contratos.

Para Morais & Martins (2007), define que:

A auditoria interna tem uma função contínua, completa e independente, desenvolvida na entidade, baseada na avaliação dos riscos, que verifica a existência, o cumprimento, a eficácia e a otimização dos controlos internos e dos processos de gestão, ajudando-a no cumprimento dos seus objetivos.

Os mesmos autores, referem os quatro pontos que uma auditoria requer inicialmente, são os seguintes:

1. Examinar e apreciar a razoabilidade, a suficiência e aplicação dos controlos contabilísticos, financeiros, operacionais e processos de gestão, indo ao encontro de um controlo eficaz tendo em conta o custo/benefício, e em constante permanência na avaliação do risco;
2. Averiguar os ativos da empresa;
3. Ajuizar a capacidade e eficácia do trabalho instruído pelos

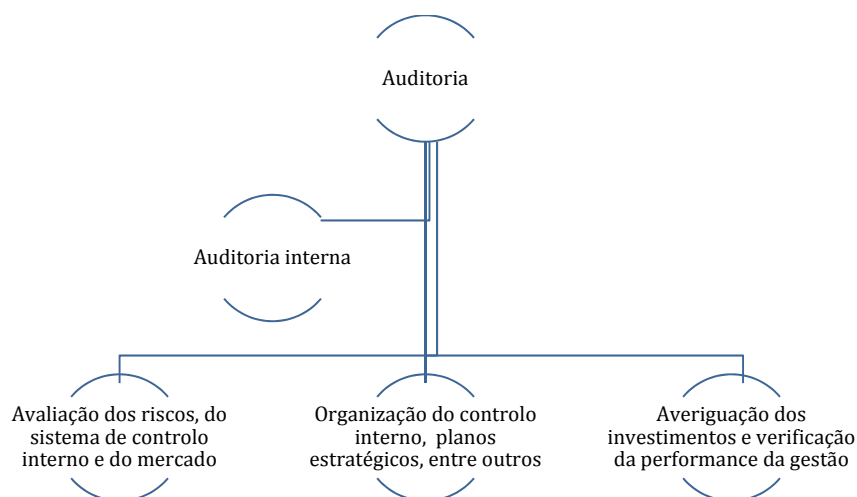
trabalhadores da entidade;

4. Aconselhar melhorias no sistema de controlo.

A progressão e evolução de uma empresa acarreta mais responsabilidades a gestão, pelo qual estas vão sendo analisadas e modificadas conforme a evolução da empresa através dos diretores superiores que, conseqüentemente, formulam um plano estratégico de resposta às exigências do mercado.

Um auditor interno tem uma grande responsabilidade pois é o “braço direito” da direção/administração, ele representa um elemento essencial na melhoria da entidade sendo que, ao longo do ano, vai analisar e averiguar os pontos fracos da entidade (emitidos num relatório), para que a administração modifique esses pontos.

Figura 1 - Características da Auditoria interna



Fonte: Própria

Pinheiro (2010) define dez princípios fundamentais pelos quais um auditor interno se deve reger:

- **Conhecer os objetivos da ação e da atividade a auditar.** O auditor interno deverá conhecer os objetivos definidos e a estratégia que a empresa tem planeado, só assim poderá efetuar adequadamente auditorias para o cumprimento das suas etapas.
- **Conhecer a estrutura de controlo interno.** O auditor interno deverá

conhecer as políticas, os regulamentos normativos e procedimentos instituídos na empresa como também a sua legislação.

- **Conhecer os padrões.** O auditor deve conhecer os padrões (standards) para efetuar análises comparativas, impostas na empresa ou em empresas congéneres. Se a administração não estabeleceu padrões, os auditores internos deverão procurar apurar os padrões adequados para a atividade à auditar e informar aos gestores operacionais.

- **Conhecer os factos.** O auditor interno deve basear o seu trabalho em factos devidamente comprovados, segregados por importância, tendo em consideração os riscos devidamente fundamentados nos relatórios de trabalho elaborados durante a execução do trabalho de campo.

- **Conhecer as causas.** A condição essencial para identificar a proposta de recomendação mais adequada para superar o problema é convencer o operacional/auditado a implementá-la tendo em vista a melhoria dos procedimentos de controlo e a performance da empresa.

- **Conhecer os efeitos.** Apurar adequadamente os efeitos dos problemas diagnosticados é uma condição essencial para convencer acerca da sua importância ao responsável pelas operações auditadas; deverá ser tomada em linha de conta a materialidade dos valores envolvidos para realçar o problema identificado e o custo da implementação.

- **Conhecer as pessoas.** Nenhuma entidade funciona sem pessoas, o auditor interno deve conhecer o ambiente empresarial de modo a criar um bom relacionamento no desempenho das ações de auditoria, para isso é fundamental que tenha um comportamento ético exemplar, praticado no dia a dia e no relacionamento com os operacionais/auditados.

- **Conhecer os meios de comunicação dos resultados.** Uma comunicação adequada dos resultados da auditoria (não ocultar os factos) é essencial para que as pessoas partilhem a informação e consigam em conjunto elaborar as recomendações necessárias para a superação dos problemas identificados. Um relatório equilibrado deverá ser elaborado no final da ação de

auditoria e incluir os comentários da gestão.

- **Conhecer os processos e os riscos críticos.** Definir o plano de ações da auditoria interna em função de uma matriz de risco devidamente atualizada que visa fornecer valor acionista.

- **“Follow-ups”** (monotorização ou acompanhamento). Acompanhar e avaliar a implementação das recomendações (pode ser de alta, média e baixa prioridade) críticas, conducentes a melhoria dos processos de controlo interno visando a mitigação do risco.

O cumprimento do auditor nestes dez princípios fundamentais, pode levar a empresa avante, contudo existem outras regras que são primordiais nos objetivos da entidade, como por exemplo, a comunicação com os auditores externos, para que não exista duplicação dos trabalhos já executados. Estes devem ainda, ajudar os gestores de cada área na identificação de erros, expor melhorias e elaborar técnicas de controlo para todas as unidades. A auditoria interna tem como finalidade fundamental, o aperfeiçoamento dos procedimentos de controlo nas empresas, cumprindo com rigor os regulamentos e as leis do país.

Os auditores internos devem de ter em consideração que as empresas existem para gerar rendimentos/lucros, e um ponto fulcral na obtenção dos mesmos, passa pelo bom relacionamento com os clientes. Os clientes são a principal fonte de rendimento da empresa e um comportamento adequado com estes, conjuntamente com formação contínua dos colaboradores em técnicas de atendimento, pode levar à obtenção de grandes ganhos a médio-longo prazo.

Em torno disto, os auditores devem de estar cientes dos riscos que as empresas estão sujeitas, sendo na qual devem de elaborar técnicas de prevenir.

1.1 - O Velho e o Novo Paradigma da Auditoria Interna

O anexo 2 apresenta a evolução de algumas características da atividade de auditoria interna, em relação ao anterior paradigma (sendo que anteriormente era designado por controlo interno, e com a evolução das tecnologias é atualmente intitulado por risco de negócio).

Observamos que, no velho paradigma não estão incorporadas estratégias de atenuação do risco, contudo, elas só surgem quando acontece algo que coloque a empresa em risco. As empresas atualmente estão na presença constante de riscos que, podem rapidamente, colocar a empresa na falência.

No novo paradigma, as estratégias são de prevenção do risco, dispondo de meios de combate ao risco para não levar a empresa ao enfraquecimento, tendo uma preocupação direcionada para o futuro.

Para Castanheiro (2007 apud Costa, 2008), a grande diferença entre o anterior e o atual enfoque da auditoria interna reside na análise estratégica e na avaliação dos processos de negócio, como passo prévio ao trabalho que atualmente se leva a cabo nos departamentos de auditoria.

Assim, os planos de auditoria interna deixam de ser elementos isolados e passam a convergir com os planos de negócio, ao partilharem objetivos comuns e ao serem desenvolvidos ao mesmo tempo que o plano estratégico.

O *Institute of Internal Auditors* (IIA, 2004 apud Silva, 2009), refere que a gestão do risco é “um processo para identificar, avaliar, gerir e controlar potenciais eventos ou situações, que permita uma garantia razoável de que os objetivos da organização serão alcançados.”

Gestão do risco foi a consagração atual para a prevenção dos riscos que a empresa está sujeita, como também controlar os mesmos. É nesta vertente que são associados os procedimentos/regras sobre os limites do risco, no qual estão sujeitos à aceitação de alguns riscos, pois determinados riscos podem ser considerados uma oportunidade para a entidade.

Com o decorrer dos anos, o risco é cada vez mais visto como sinónimo de investimento. Se a empresa não correr riscos, dificilmente obterá retornos futuros, no

entanto, há que ter cuidado e averiguar bem as consequências positivas e negativas para a empresa, tendo em conta o ambiente em que esta está inserida.

De acordo com IIA (2004 apud Silva, 2009):

O principal papel da auditoria interna no processo de gestão de risco é fornecer segurança objetiva acerca da eficácia das atividades de gestão de risco das organizações, contribuir para assegurar que os principais riscos do negócio estão a ser geridos de forma apropriada e que os sistemas de controlo interno estão a funcionar eficazmente.

Sendo assim, seria mais usual e fundamental a aplicação do risco de negócio, do que propriamente o controlo interno no nosso estudo, só que a aplicação do risco levaria ao conhecimento das estratégias e objetivos de cada entidade, o que impossibilitaria a realização do estudo. Contudo, a aplicação dos riscos nas pequenas empresas, detém pouca relevância, visto que é maioritariamente aplicado nas médias e grandes empresas, devido a necessidade de constantes investimentos e avanços nas tecnologias.

Capítulo 2 - Sistema de Controlo Interno

2.1 - Definição e conceito

Por muitas definições que possam existir para este conceito, umas são mais completas e definem melhor que outras, umas dão mais ênfase a um fator que outro. Cada tipo de autor ou organização, tem as suas ideologias para um melhor e adequado sistema de controlo interno, sendo que uns dão mais enfoque a um dado aspeto que outro. *The Institute of Internal Auditors Research Foundation* (IIARF apud Morais & Martins, 2007) menciona que:

Controlo é qualquer ação empreendida pela gestão do risco e que melhora a possibilidade do alcance dos objetivos e metas da organização. A gestão planeia, organiza e dirige o desempenho de ações suficientes para assegurar com razoabilidade que os objetivos e metas serão alcançados.

A história do controlo interno surgiu pelo primeiro organismo designado por *American Institute of Certified Public Accounts* (AICPA), no ano de 1934 e sendo utilizada pela *Security and Exchange Commission* (SEC) na qual, ao longo dos anos foram surgindo vários modelos para adequar o sistema de controlo interno às variações económicas e sociais.

Para começar, é necessário dar a conhecer a definição clássica na qual Barbier (1992) afirma que vários autores confinam por um conjunto de sistemas nas organizações e processos, cujo objetivo é assegurar a qualidade da informação, a proteção do património, cumprir as leis, planos e políticas da administração, assim como a eficácia do funcionamento da empresa. Esta definição é considerada arcaica por ter sido lançado o livro em 1992, ano em que foi implementado o modelo COSO, com a sua definição de controlo interno generalista e posicionada em todo o mundo, que com o decorrer dos anos, tem sofrido algumas alterações.

Marques de Almeida (1998 apud Marques, 2002), afirma que:

O controlo interno é um plano de organização da empresa, que incorpora um conjunto de métodos e procedimentos que assegurem a proteção

dos ativos e registos contabilísticos fiáveis, e que a atividade se desenvolva de forma eficiente e eficaz de acordo com os objetivos da administração.

Uma outra perspetiva (Pires Caiado, 1997 apud Marques, 2002) entende que um sistema de controlo interno consiste na adoção de um conjunto de medidas destinadas a: proteger os recursos contra roubos, fraudes, desvios e danos; garantir a precisão e fiabilidade dos dados contabilísticos; assegurar a coerência com as políticas da organização e; avaliar o nível de desempenho de todos os segmentos e divisões da organização.

A estrutura de controlo interno depende da dimensão e do tipo de organização, dispondo o diretor/administrador, ou gerente, de uma organização para controlar o sistema através da supervisão. O segmento dos trabalhadores e das operações são políticas dirigidas pela administração ou gestão, e os procedimentos de controlo interno têm pouca relevância numa organização de pequena dimensão. O mesmo não sucede em organizações de grande dimensão, onde o órgão diretivo tem necessidade de delegar a sua autoridade e implementar uma estrutura de controlo interno, no sentido de assegurar o cumprimento de metas e objetivos pré-estabelecidos (Marques, 2002).

Segundo Costa (2010), esquematiza a definição de controlo interno, considerando ser um plano de organização dos métodos e medidas adotados numa entidade para:

- Salvar os seus ativos, isto é, no plano de organização que proporciona uma apropriada segregação de responsabilidades funcionais;
- Verificação e fidedignidade dos seus dados contabilísticos, isto é, um sistema de autorização e de procedimentos de registos a fim de proporcionar um controlo contabilístico razoável sobre os ativos, passivos, créditos e gastos;
- Promover a eficácia operacional, que são as práticas a serem seguidas no desempenho dos deveres e das funções de cada um dos departamentos de uma empresa; e
- Encorajar o cumprimento das políticas prescritas pelos gestores, que consiste em existir pessoal de qualidade compatível com as respetivas responsabilidades.

O modelo *Statements on Auditing Standards* (SAS apud Morais & Martins, 2007) clarifica que o controlo interno compreende um plano de organização e de coordenação de

todos os métodos e medidas adotadas num negócio, a fim de garantir a salvaguarda dos ativos, verificar a adequação e confiabilidade dos dados contabilísticos, promover a eficácia operacional e estimular a adesão às políticas estabelecidas pela gestão.

Em conformidade com a COSO, e de forma resumida por Moraes & Martins (2007), o modelo define vários conceitos fundamentais sobre o controlo interno:

1. Processo: o objetivo é transmitir que o controlo interno é um meio para atingir um fim e não um fim em si mesmo. Ele é constituído por um agrupado de ações que engloba todas as atividades, processos e tarefas da entidade;
2. Efetuado por pessoas: o objetivo é transmitir que o controlo interno não é somente um manual de políticas e documentos, mas também de pessoas em cada nível da entidade. O sistema de controlo interno é concebido e implementado por pessoas, afetando a atuação de todos os membros da empresa;
3. Proporciona uma garantia razoável: o objetivo é alertar que, por muito bem elaborado que esteja concebido o sistema de controlo interno numa entidade, somente proporciona um dado grau de segurança. Com isto, não oferece uma segurança total, pelo que este sistema não consegue eliminar a totalidade dos riscos, apenas os minimiza;
4. Direcionado para a realização dos objetivos: o objetivo deste ponto é transmitir que o controlo interno é concebido para permitir a obtenção dos objetivos gerais e específicos, nas mais variadas categorias, e que estas devem de ser consistentes e racionais.

O *International Federation of Accountants* (IFAC apud Marçal & Marques, 2011) compreende o sistema de controlo interno, como um plano de organização de todos os processos estabelecidos pela administração da empresa, com a finalidade de atingir os objetivos da gestão, de garantir o sistemático e eficiente comportamento dos negócios, agrupando as normas da administração, na salvaguarda dos ativos com prudência e deteção de erros e fraudes, verificação das exigências dos registos contabilísticos em conformidade com a legislação e a atempada informação financeira para mostrar a situação em que a empresa se encontra aos superiores hierárquicos.

2.2 - Caraterização

O sistema de controlo interno está dividido em dois tipos de controlo:

- **Contabilístico**, ou seja, relacionado com a contabilidade da entidade, indo ao encontro das leis e normas do país.
- **Administrativo**, isto é, em relação à gestão da organização e ao modo de processamento em que é direcionada a entidade.

Para Costa (2010), estes dois tipos de controlo são designados pelo *American Institute of Certified Public Accountants (AICPA)* no seu *Statement on Auditing Procedure 54* intitulado *The Auditor's Study on Evaluation of Internal Control* em que define os dois tipos de controlo, como:

- **Controlo Interno Administrativo**, onde é instaurado um plano estratégico com os métodos processuais e registos relacionados com as tomadas de decisões, que orientam as transações geridas pela gestão, em que estas autorizações estão associadas ao alcance dos objetivos, indo sempre ao encontro do controlo interno contabilístico que será referenciado abaixo.
- **Controlo Interno Contabilístico**, é compreendido no plano da organização e nos registos e procedimentos que se relacionam com a salvaguarda dos ativos e com a confiança que inspiram os registos contabilísticos de modo a que, consequentemente, proporcionem uma razoável certeza no modo em que as transações são executadas. Estas têm de estar de acordo com a autorização administrativa ou específica do órgão de gestão nas transações registadas de modo que permitam a preparação das demonstrações financeiras em conformidade com os princípios da contabilidade geralmente aceites, e manterem um controlo sobre os ativos. Para a execução do controlo contabilístico é necessário colaboradores qualificados e possuir regras no cumprimento dos deveres e funções, que na sua maioria para poder assinar o parecer das demonstrações contabilísticas para as finanças, tem de ser eleito por um técnico oficial de contas (TOC).

Sendo assim o controlo interno administrativo não interfere, ou interfere com pouca relevância, nas demonstrações financeiras, porém, isto não sucede no contexto do

controlo interno contabilístico, considerando que este interfere com mais significância nas demonstrações financeiras. O controlo interno contabilístico tem maior enfoque na entidade e, conseqüentemente, tem uma maior importância por parte do auditor interno.

A não implementação de um controlo interno na área administrativa, pode pôr em causa a interpretação da área contabilística, havendo uma relação indireta mas muito forte entre elas. A parte administrativa está relacionada com as várias áreas que a empresa contém, tais como:

- ✓ Pessoal;
- ✓ Meios financeiros líquidos;
- ✓ Compras e bens e de serviços e dívidas a pagar;
- ✓ Inventários;
- ✓ Ativos fixos tangíveis;
- ✓ Vendas e dívidas a receber.

2.3 - Importância de um Sistema de Controlo interno

“Uma das melhores defesas contra o insucesso do negócio e um importante condutor do desempenho do negócio é um controlo interno forte. Isto é verdade para todas as organizações.”¹

O controlo interno é uma ferramenta essencial na gestão de uma empresa, e por mais pequena que seja, uma boa aplicação de um sistema de controlo interno irá fazer grande diferença na resposta à economia atual. Assim, mesmo naquelas empresas que têm poucos funcionários ou até mesmo um funcionário (apenas o dono da entidade) deve ser aplicado um sistema de controlo interno.

Um adequado SCI pode desencadear uma série de fatores fundamentais numa entidade, mas não significa que possa impedir a empresa de resultar em falência, estes podem ser originados através da diminuição do consumo dos clientes ou por outros fatores externos que foram explorados nos questionários do nosso estudo.

¹ (OROC):www.oroc.pt/gca/?id=895[12 de Abril de 2013]

O controlo interno é uma forma de organização que pressupõe a existência de um plano e de sistemas coordenados destinados a prevenir a ocorrência de erros e irregularidades ou a minimizar as suas consequências e maximizar o desempenho da entidade em que se insere. (Tribunal de Contas, 1999).

Para Neves (2008), as informações extraídas das diversas operações devem gerar resultados fidedignos e atempados, que por sua vez serão o apoio para a tomada de decisão do órgão de gestão. Resultados pouco fiáveis, errados ou temporalmente atrasados, podem levar a decisões inadequadas. Isto significa que o sistema de controlo interno deve possibilitar que as informações que chegam à administração sejam as mais corretas e credíveis para melhor posicionamento dos atos.

É importante evidenciar que o sistema de controlo interno é um critério dissuasor de eventuais ações que possam prejudicar a empresa pois provém de um controlo rigoroso da entidade para diminuir a ocorrência de erros e/ou fraudes. Informações contabilísticas alteradas podem originar conclusões erradas e, posteriormente, originar tomada de decisões inadequadas, pondo em risco a continuidade da empresa.

2.4 - Objetivo do Controlo Interno

Uma entidade estabelece uma missão, define estratégias, decreta os objetivos que pretende cumprir, e articula planos para alcançá-los. Os objetivos visam combater as perdas, alcançar metas de rendimento, conseguir demonstrações financeiras saudáveis através das normas estabelecidas, e por fim, cumprir as leis com a finalidade de não apresentar prejuízo à entidade.

O controlo interno não pode certificar o sucesso da entidade e a sua sobrevivência, porém, pode ajudá-la a alcançar os seus objetivos. O sucesso da entidade depende de fatores internos, mas também de externos, como por exemplo, a concorrência que, no contexto insular (caso deste estudo) leva muitas empresas a fechar portas.

Para Barbier (1992), todos os sistemas, organizações, funções, operações, ativos e passivos, deverão estar sob controlo interno e potencialmente sujeitos a auditoria, recusar

este postulado é aceitar o risco de cometer erros.

Um bom sistema de controlo interno pode ajudar a levar avante a empresa, mas esta necessita ao mesmo tempo de evoluir segundo as necessidades atuais. Um exemplo prático, é a não aquisição de equipamentos tecnológicos que podem ajudar a substituir mão-de-obra, assim contendo um maior custo na mão-de-obra, que ao longo prazo torna um valor acrescido.

Segundo o Tribunal de Contas (1999), um sistema de controlo interno para direcionar a empresa no objetivo, tem de compreender um conjunto de procedimentos para garantir:

- **A salvaguarda dos ativos;**
- **A legalidade e a regularidade das operações;**
- **A integridade e exatidão dos registos contabilísticos;**
- **A execução dos planos superiormente definidos e;**
- **A eficácia da gestão e a qualidade da informação.**

Cada entidade, conforme a sua dimensão, vai direcionar e focar os seus objetivos numa determinada direção, que pode ser na salvaguarda dos ativos ou na concretização dos objetivos traçados.

2.5 - Componentes do Controlo Interno

Segundo o *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* (COSO), para que uma entidade alcance os seus objetivos e conseqüentemente para adotar um bom e adequado sistema de controlo interno, são necessários cinco componentes de controlo interno:

- **Ambiente de controlo;**
- **Avaliação de risco;**
- **Atividades de controlo;**
- **Informação e comunicação e;**
- **Atividades de monitorização/supervisão.**

Os componentes têm uma inter-relação, e podemos geri-los de acordo com o tipo empresa (pequena, média e grande), de forma progressiva, ou seja, ajustando o controlo interno ao longo do percurso da empresa.

O processo de controlo interno começa com a fixação de objetivos de gestão relevantes para as atividades de negócios da empresa. Uma vez definido, a administração identifica e avalia uma variedade de riscos para esses objetivos, determina quais riscos que podem resultar numa distorção relevante em relatórios financeiros, e determina como os riscos devem ser geridos através de uma série de atividades de controlo. A gestão/administração implementa abordagens para averiguar, processar e comunicar as informações necessárias para os relatórios financeiros e de obter resultados favoráveis dos outros componentes do sistema de controlo. Todos estes componentes são dirigidos para assegurar que os controlos continuem a funcionar corretamente ao longo do tempo.

Figura 2 - Componentes do controlo interno



Fonte: COSO - *IntegratedFramework* (2011)

Em concordância, a COSO (2006), considera que a prática adequada destes cinco componentes é importante para alcançar os objetivos de uma empresa, principalmente nas demonstrações financeiras, para que tenham um grau de sustentabilidade maior. O controlo

interno com estes cinco componentes pode prevenir ou detetar e corrigir, distorções importantes nas demonstrações financeiras e contabilísticas.

O primeiro componente, **ambiente de controlo**, é classificado pela organização *International Standard on Auditing* (ISA 315 apud Costa, 2010) e inclui as funções de governação e gestão das atitudes, da consciência e das ações dos responsáveis pelo controlo interno. Este componente estabelece a filosofia de uma organização, influenciando a consciência de controlo dos seus membros. Este componente, para COSO (2013), compreende a integridade e os valores éticos da empresa e os parâmetros que regulam a responsabilização da administração pelas tomadas de decisões.

O ambiente de controlo compreende, segundo *Statements on Auditing Standards* (SAS apud Costa, 2010), os seguintes sete elementos:

- Comunicar e fazer cumprir valores éticos e de integridade;
- Compromisso com a competência;
- Participação dos responsáveis pela governação;
- Filosofia de gestão e estilo operacional;
- Estrutura organizacional;
- Definição de autoridade e de responsabilidade e;
- Políticas de recursos humanos e respetivas práticas.

Este componente é um dos principais mecanismos de garantia razoável para um bom controlo interno, sendo normalmente incluído em todos os modelos do controlo interno, por ser um componente que abarca o meio envolvente em que a empresa está inserida.

Já em relação ao segundo componente que é a **avaliação do risco**, este tem como principal objetivo responder aos riscos do negócio, e aos respetivos resultados, no modo como podem ser detetados e, conseqüentemente, prevenidos. Segundo a COSO (2013), cada empresa enfrenta uma variedade de riscos de origem externa e interna. Este componente tem um processo dinâmico e interativo no reconhecimento da avaliação dos riscos e na concretização dos objetivos, e perante isto, constitui uma base para definir os riscos que serão geridos. Uma das pré-condições para a avaliação dos riscos é estabelecer os objetivos nas diferentes áreas da empresa.

Para a organização ISA (ISA apud Costa, 2010) menciona alguns riscos que podem surgir neste componente, que são:

- Alterações do meio envolvente operacional;
- Novos trabalhadores;
- Novos ou reformulados sistemas de informação;
- Crescimento rápido;
- Nova tecnologia;
- Novos modelos de negócio, produtos ou atividades;
- Reestruturações da empresa;
- Expansão de operações para o estrangeiro e;
- Novos pronunciamentos contabilísticos.

A **atividade de controlo**, (ISA 315 apud Costa, 2010) é um componente que possui de um sistema de informação composto por infraestruturas, tais como: o hardware, software, pessoas, procedimentos e dados, ou seja, é tudo aquilo que pode ser alterado por parte da gestão da empresa.

Neste componente são estabelecidas políticas e processos que ajudam a gerir e a atenuar os riscos, que possam colocar em causa os objetivos da empresa. A realização deste componente, deve acontecer em todas as áreas da empresa e, em várias fases dos processos de negócio envolvendo o ambiente de tecnologia.

A **informação e comunicação** são os meios para transmitir os conteúdos na entidade. Tanto os administradores como os gestores gerem a comunicação de maneira a retirar melhor informação de apoio ao funcionamento do controlo. A comunicação é uma fonte de informação indispensável no SCI, e divide-se em dois tipos: a comunicação interna (que é o meio pelo qual a informação é transmitida na entidade) e a comunicação externa (entrada de informação do meio exterior para o interior da empresa, informações de terceiros). Este componente é o suporte no processamento de informações relevantes e oportunas a partir de fontes externas ou internas, sendo posteriormente avaliadas pelos gestores ou administradores.

A administração, através deste componente, pode comunicar internamente com as pessoas da empresa para que estas compreendam os objetivos e a sua importância na

entidade. A comunicação externa permite aos administradores comunicar com o exterior para: detetar possíveis riscos a que a entidade possa estar exposta, averiguar a satisfação dos clientes, conhecer as empresas concorrentes, entre outras informações.

O último componente, designado por **supervisão** ou **monotorização**, diz respeito à abordagem efetuada nas avaliações contínuas, avaliações separadas, ou as duas em simultâneo. Nas avaliações contínuas é fácil detetar erros ou fraudes na instituição, já nas avaliações em separado (realizadas periodicamente) podem conter mais erros e fraudes que a anterior avaliação. A supervisão é um componente fundamental na avaliação da eficácia e eficiência do controlo interno, esta consegue identificar e analisar lacunas e anomalias, originadas por outros componentes, sendo que este vigia os restantes componentes para a segurança da empresa.

Para os auditores executarem o seu trabalho com base nos componentes que o modelo COSO refere, estes elaboraram uma folha de trabalho para avaliar o controlo. Pode ver-se um exemplo no anexo 3, que formula uma boa prática de execução de uma ficha de controlo. Esta ferramenta é importante no trabalho de um auditor, simplificando a abordagem mencionada.

A diretriz apresentada pelos Revisores Oficiais de Contas de Maio de 2000 DRA410 define que, para a obtenção dos objetivos, é necessário elucidar componentes do controlo interno que são apresentada pelo relatório da COSO.

A DRA410 foca que “há um relacionamento direto entre os objetivos que uma entidade tem em vista alcançar e os componentes, representam o que é necessário para atingir os objetivos”.

2.6 - Limitações do Controlo Interno

Apesar de ser um sistema que auxilia uma boa prática na gestão da entidade, o controlo interno pode ser um fracasso. Para Costa (2010), refere que existem várias limitações no controlo interno, como por exemplo:

- **Falta de interesse por parte do órgão de gestão na manutenção de**

um bom sistema de controlo.

Muitas vezes quem não se encontra motivado para fazer um bom controlo é a própria gestão da organização (se esta parte da entidade não se encontrar motivada para os objetivos, não irão ser os restantes membros da empresa que a se preocupar com os objetivos da empresa).

- **Dimensão da empresa**

A implementação de um bom sistema de controlo interno é mais fácil numa entidade com maior dimensão do que numa com um reduzido número de funcionários, devido à dificuldade na segregação de funções. Contudo existem alguns procedimentos básicos que podem ser seguidos, mesmo com empresas que tenham um número reduzido de trabalhadores.

- **Relação custo/benefício**

Para adquirir determinados equipamentos como também para a colocação de mais pessoal é essencial averiguar a relação custo/benefício. Muitas vezes não é compensatório a colocação de equipamentos de topo, para um adequado funcionamento da empresa

- **Existência de erros humanos, conluio e fraudes**

Quando uma organização faz recrutamento de pessoas e as acolhe, um dos deveres do trabalhador é a responsabilidade no desempenho das suas funções. Assim, uma empresa que tenha controlo interno rigoroso, deve de ter sempre uma vertente humanística e perspicaz com a finalidade de detetar falsos cumprimentos no manuseamento do poder hierárquico. A falta de responsabilidade pode levar a várias consequências: negligência, falta de cuidado e distração na execução das suas tarefas; incompreensão das instruções e erros de apreciação.

O conluio é a combinação entre duas ou mais pessoas na prática de atos fraudulentos, esta combinação pode ser tanto a nível interno (colegas de trabalho), como a nível externo (fornecedores). Estes atos são tanto mais difíceis de detetar quanto maior o número de pessoas envolvidas.

- **Transações pouco usuais**

Quando é elaborado um sistema de controlo interno é também para prever algumas transações correntes. É possível que as transações pouco frequentes escapem ao

sistema de controlo interno. Por exemplo: a venda de sucata, artigos monos e artigos que não se encontram no programa de elaboração de inventário.

- **Utilização da informática**

Com a utilização dos meios informáticos as empresas ficaram mais vulneráveis a outros tipos de fraudes, isto é, *spam* e vírus que podem causar graves consequências através do acesso direto aos ficheiros nos computadores das empresas.

As limitações impossibilitam a administração de obter uma certeza absoluta na concretização dos objetivos, isto é, o sistema de controlo interno dispõe de uma ajuda razoável mas não é um sistema garantido. A administração deve de estar ciente destas limitações para que possa desenvolver um mecanismo de minimização das limitações.

2.7 - Formas de Recolher os Sistemas de Controlo Interno

A implementação de um sistema de controlo interno e de um sistema contabilístico e financeiro adequado, advém da administração e da gestão da empresa. Contudo, a parte do controlo interno e financeiro pode ser executada pela administração ou por auditores internos e/ou externos.

Como forma de obter alguns elementos do controlo interno, que serão úteis para os auditores externos e para as demais pessoas externas à empresa, temos:

- ❖ Organigramas da empresa;
- ❖ Manual de descrição de funções;
- ❖ Os manuais de políticas e procedimentos contabilísticos e das medidas de controlo interno;
- ❖ Quaisquer informações (ordens de serviço, instruções de serviço, comunicações internas, etc.) que de algum modo se relacionem com os aspetos do controlo administrativo e de controlo contabilístico (Costa, 2010).

Importa evidenciar que muitas empresas não seguem este tipo de elementos, o que torna o trabalho dos auditores mais difícil. Tal acontece no presente estudo, por serem pequenas empresas, este tipo de elementos é elaborado pelos gerentes e administradores

ou até mesmo, pode haver ausência destes tipos de recolha de informação. No caso das microempresas, o controlo interno é quase inexistente o que leva à falta por completo deste elemento (salvo se for uma empresa que opte por execução destes elementos).

Atualmente, tudo o que é dito e observado tem que ser transcrito para papel, como forma de garantir a veracidade dos factos. Uma das formas de registar os sistemas contabilísticos, e de controlo interno, é através de questionários padronizados, narrativas, fluxogramas e do tipo misto.

Os questionários padronizados englobam um conjunto de perguntas sobre um dado tema com a finalidade de averiguar se estão a utilizar corretamente os procedimentos adequados na empresa é o caso do nosso estudo, que foram elaborados questionários padronizados afim de poder avaliar o sistema de controlo interno nas pequenas empresas. No entanto, nem tudo é “perfeito”, e este tipo de questionários não consegue ser amplo na sua visão sobre a situação da entidade, pois não expõe muitos pormenores detalhados da empresa e de como deveria prosseguir nalguns critérios. No presente estudo não conseguimos abordar com profundidade alguns aspetos que seriam importantes nas conclusões finais, devido à complexidade de alguns aspetos e devido a existência de vários métodos de controlo interno para as mais variadas áreas e setores de atividade como também pela existência de um questionário já demasiado extenso

As narrativas contêm uma vertente detalhada sobre o sistema contabilístico e de controlo interno sobre as áreas estudadas. Contudo, as narrativas têm um despropósito que é a disposição muito aprofundada, dificultando uma visão global e uma leitura fácil, não sendo, assim, um elemento fulcral na abordagem da recolha de elementos do controlo.

O fluxograma é uma técnica que é elaborada através de representações gráficas, com a missão de expor os procedimentos contabilísticos como também os de controlo interno, em relação a cada área operacional em que é elaborado o estudo. Os fluxogramas podem ser elaborados na vertical e na horizontal, consoante o que for pretendido pelos auditores. Em relação à sua capacidade de expressão para os auditores, é uma forma muito clara, simples e abreviada. Uma das desvantagens é o facto de os símbolos não serem universais e as pessoas com experiência em outros países não poderem utilizar os mesmos símbolos.

Por último, a forma mista é a compilação entre os dois métodos anteriormente referidos: os fluxogramas e a narrativa. Primordialmente é executado o fluxograma, e quando os responsáveis acham que esta forma não está de acordo com as expectativas e de fácil compreensão, elaboram a narrativa numa outra folha a parte do fluxograma, sendo esta abordada depois na análise do fluxograma.

2.7.1 - Medidas de Controlo Interno

Para os auditores realizarem o seu trabalho com precisão, necessitam de adquirir conhecimentos acerca das várias áreas que a empresa dispõe. Para isso, têm de elaborar questionários divididos por operações acerca das respetivas áreas de negócio, com a finalidade de detetar erros e apresentar sugestões à administração e à gestão sobre as áreas em que deveriam de apostar num maior controlo, como também evidenciar os pontos fortes para obter a confiança da empresa.

2.7.1.1 - Meios Financeiros Líquidos

Esta atividade é de todas a que requer maior atenção, dado que envolve dinheiro (um importante recurso para a sustentabilidade da empresa). O manuseamento dos meios monetários dependerá da dimensão da empresa e do modo de implementação do controlo interno.

De uma forma genérica, as entidades devem realizar pequenos pagamentos através de meios monetários, sendo que os pagamentos frequentes a terceiros devem de ser executados através do banco (cheques ou transferências bancárias) ou por cartões de crédito ou/e débito (Costa, 2010).

Os pagamentos elaborados por cheque, devem de estar a cargo de uma pessoa responsável e num local seguro. Adicionalmente, quando é passado um cheque a uma empresa ou outros meios (pessoas ou contas fixas ou variáveis) a empresa deverá ficar com uma cópia de cada cheque. Os cheques devem ser assinados por duas ou mais pessoas, e só devem de ser assinados na presença dos respetivos comprovativos de suporte. Quando é

necessário passar um cheque em branco (cheques por preencher), um dos responsáveis pela assinatura deve pelo menos escrever o nome do beneficiário do cheque e colocar à frente do mesmo “NÃO À ORDEM”, e nunca assinar um cheque em branco e dar a uma pessoa, mesmo que se tenha nela muita confiança. Depois de passar o cheque, deve colocar-se no suporte um carimbo com a designação “PAGO”, para evitar duplos pagamentos.

Os pagamentos por transferência bancária são os mais vantajosos pois, podem ser executadas transferências mensalmente num dia combinado entre a empresa e o banco, sendo necessária apenas uma assinatura. A desvantagem, está na antecedência necessária para avisar o banco para fazer a transferência bancária, o que torna-se constrangedor fazer o destinatário esperar para que o processo de pagamento seja concluído. No entanto, atualmente, os pagamentos podem ser realizados por Internet/*Homebanking*, possibilitando uma maior rapidez (Costa, 2010).

Os recebimentos são todos os valores recebidos pela empresa (independentemente do meio em que foram efetuados) e a mesma deve depositá-los no banco, diariamente e na sua totalidade. As quantias recebidas não devem ser utilizadas para pagamentos ocasionais, isso só deve acontecer em casos pontuais.

Quando existem cobradores na empresa, estes devem possuir uma folha de cobrança na qual constem os recibos originais para entregar aos clientes, após liquidação do pagamento. No final de cada dia, o cobrador deverá apresentar as contas na tesouraria, sendo as mesmas confirmadas por pessoas responsáveis na área (Costa, 2010).

Nos recebimentos de forma direta do cliente (fatura simplificada/ recibo), deve ser entregue o original ao cliente, ficando as restantes vias a cargo da empresa. Os depósitos devem de ser executados como os outros meios: diariamente e confirmados no programa de faturação.

As reconciliações bancárias devem ser processadas mensalmente por um auditor interno, isto é, um colaborador que não pertença à tesouraria ou à contabilidade, porém no nosso estudo como não existem auditores internos/externos, estas são profetizadas pela administração, gestão, sócios ou até mesmo as contabilidades externas.

2.7.1.2 - Compras de Bens e de Serviços e Pessoal da Empresa

Para haver stock para venda é necessário comprar produtos e, nesta vertente, é necessário consultar o inventário para evitar obsoletos. A execução de níveis adequados de stock deve ser elaborada através das previsões de venda, apresentadas no programa de faturação na qual indicam a rotatividade dos produtos. Antes de haver escassez de alguns produtos, deve de ser encaminhado um “pedido de compra” pela secção responsável desta área.

Um pedido de compra, é um ato voluntário mas que requer muita perícia nos preços e condições de pagamento. Por isso, é necessário fazer uma pesquisa constante de novos fornecedores e os ficheiros dos fornecedores deverão ser atualizados periodicamente, com a finalidade de encontrar novos fornecedores que apresentem condições mais favoráveis à empresa (Costa, 2010).

A receção dos bens remetidos pelos fornecedores deve conter dois aspetos cruciais: qualitativo e quantitativo. A maioria das empresas dá mais importância ao aspeto quantitativo, em detrimento do qualitativo, contudo, estes devem ser considerados em simultâneo. A pessoa que vai rececionar os bens deve ter um suporte de validação dos artigos, sem as respetivas quantidades, para que o colaborador efetue as contagens corretamente. Após a receção, a pessoa assina o suporte para validação do mesmo, e só depois este é encaminhado para a secção de compras para dar entrada no programa de faturação.

Para efetuar os pagamentos aos fornecedores é necessário fazer o somatório dos saldos dos balancetes e estes deverão coincidir com o saldo da conta principal. Divergências nos saldos devem de ser alvo de investigação para que, posteriormente, sejam regularizados (Costa, 2010).

2.7.1.3 - Pessoal

Uma empresa não funciona sem pessoas e por isso, é necessária a colocação de pessoas qualificadas nas áreas que a empresa necessita, através de uma seleção com testes

psicotécnicos e análise do curriculum vitae. Após a admissão do colaborador na empresa, deve existir um processo e uma ficha individual para cada um. O processo individual é arquivado com todos os suportes utilizados para a admissão da pessoa. Já a ficha individual, é um processo contínuo, que contém um resumo dos processos executados pela pessoa na empresa, devendo de estar sempre atualizada.

Os pagamentos das remunerações devem ser realizados por transferência bancária ou cheque, não devendo ser feitos em dinheiro, como foi referenciado no tema dos meios financeiros líquidos.

Nas empresas com um grande número de funcionários ou com um grande número de superfícies, é adequado efetuar visitas periódicas com o fim de detetar trabalhadores ausentes ao trabalho. Pode ser que, por descuido ou conluio, constem nas fichas individuais dessas pessoas horas de trabalho que, efetivamente, não executaram.

2.7.1.4 - Inventários

Os inventários devem ser uma prática frequente nas empresas pois, para além de detetarem erros e/ou fraudes, permitem detetar obsoletos e verificar os artigos com maior ou menor saída. Quando é elaborada uma contagem física do inventário, existem dois aspetos a ter em consideração: quantitativo e qualitativo (nesta vertente a execução é idêntica às compras, bens, serviços e pessoas da empresa).

As contagens físicas são um componente fulcral num sistema de controlo interno adequado, sendo considerado vantajoso e recomendado, mesmo que as entidades não executem inventários permanentes. A execução das mesmas permite confrontar as quantidades físicas reais com as quantidades físicas informatizadas. As contagens físicas podem ser de natureza anual ou cíclica (em determinados períodos do ano).

O sistema de inventário periódico tem uma desvantagem em relação ao inventário permanente que é impedir de ter conhecimento dos artigos atualizados. Assim, este tipo de inventário é executado uma vez ao ano ou semestralmente. As contagens físicas permanentes possibilitam à empresa avaliar os obsoletos e garantir que os stocks estão em conformidade com o programa informático.

Quando uma empresa não pretende efetuar os dois tipos de inventários acima mencionados, pode optar pelas contagens cíclicas, ou seja, de forma aleatória, sortear um conjunto de artigos para contagem. Este método tem vantagens pois, para além de não ser necessário efetuar uma contagem global, não são necessários muitos colaboradores e não torna tão moroso.

Qualquer tipo de contagem física realizada pela empresa, deve conter alguns aspetos relevantes nas folhas de suporte à realização, por exemplo: data e local; tipo de inventário; o número de funcionários na execução e respetivos nomes; a pessoa encarregada de supervisionar o inventário; sequência do inventário (onde se iniciou e onde se finaliza) e; por fim, anotações das contagens escritas em papel.

Esta área de controlo deve conter alguma perícia e supervisão por parte da administração ou gestão, devido a falhas que podem resultar nos stocks que muitas vezes são falhas cometidas pelas pessoas da entidade.

2.7.1.5 - Ativos Fixos Tangíveis

Quando é adquirido um bem/produto para utilidade da empresa, este designa-se por ativo fixo tangível. Assim, os ativos fixos tangíveis são bens adquiridos pela empresa e não devem ser destinados a venda.

Para adquirir um ativo desta natureza é necessário avaliar alguns aspetos para o investimento, tal responsabilidade cabe ao conselho da administração. Este deve, por sua vez, possuir um manual com os ativos fixos tangíveis da empresa, de modo a avaliar melhor os investimentos futuros e também detetar bens e/ou produtos em falta.

Os ativos na contabilidade podem ser considerados gastos capitalizáveis ou não. Os gastos capitalizáveis são gastos com um valor monetário superior, e que devem ser considerados um investimento. Os gastos não capitalizáveis, na sua maioria, são ativos com um valor muito inferior aos capitalizáveis, os quais são considerados contabilisticamente como gastos da entidade.

Periodicamente, a administração deve fazer uma inspeção física aos ativos, confirmando e averiguando, face ao respetivo manual, o estado de utilização dos mesmos e

se algum se encontra em falta.

2.7.1.6 –Vendas e Prestações de Serviços

Este método adequa-se a empresas que executam créditos a outrem. A concessão de um crédito é uma forma de vender um produto de custo elevado num modo faseado em conformidade com as condições redigidas pela empresa e pelo cliente.

Nos dias que correm, as contas a receber são elaboradas no programa de faturação através de uma ficha individual do cliente, onde estão as respetivas designações dos artigos, datas de compra e valores das faturas a liquidar (este meio é executado normalmente por clientes fiéis à empresa que prestou os serviços/bens, não sendo executado por qualquer indivíduo). A liquidação das faturas é efetuada no programa de faturação, sendo que estas são retiradas da conta do cliente e arquivadas. No final de cada mês, a empresa deve executar o somatório das faturas dos clientes (com as respetivas notas de débito e crédito) para contrabalançar o seu saldo com o saldo da conta da razão do cliente.

Regularmente, a empresa deve enviar aos clientes, via correio ou e-mail, o suporte do montante a liquidar, com o objetivo de confirmar se os saldos estão em concordância. Este tipo de trabalho deve ser realizado por uma pessoa que não pertença à seção da tesouraria ou afins. Este meio não é aplicado em todas as entidades, devido a falta de confiança que os clientes apresentam.

A elaboração de notas de crédito (descontos, devolução da mercadoria, anulação da fatura e erros na emissão da fatura) deve de ser realizada perante um colaborador responsável e deve possuir de uma assinatura no suporte comprovativo com a justificação do pedido.

Capítulo 3 – Materialidade e Risco

De acordo com a diretriz OROC (1999), o conceito de materialidade é definido como uma importância relativa de um assunto (que pode ser individual ou agregado), nas demonstrações financeiras. Por isso, o assunto é material se a omissão ou distorção influenciar nas tomadas de decisões económicas, com base nas demonstrações financeiras. Assim, a materialidade envolve dois aspetos que são o qualitativo e o quantitativo.

De uma forma mais clara, a materialidade caracteriza-se pela magnitude ou natureza de um erro (abrangido pela omissão) da informação financeira (que pode ser agregada ou individual)(Costa, 2010).

A materialidade, em termos qualitativos, é constituída por informações que acompanham as demonstrações financeiras em anexos, que devem fornecer informação com comentários e suplementos de quantias nas demonstrações. Um exemplo de um termo qualitativo é a não divulgação dos honorários dos auditores ou a deficiente política contabilística (Costa, 2010).

No que diz respeito aos quantitativos, a materialidade reflete-se essencialmente no balanço e nas demonstrações de resultados que por vezes estão associados aos ativos e passivos sobreavaliados.

Os determinantes da materialidade em auditoria, dependem da dimensão (quantidade), da natureza (qualidade) e das circunstâncias. Em que, a dimensão representa-se em termos financeiros (não sendo sempre de uma forma linear) e, a natureza está relacionada com o ramo de atividade, natureza do negócio, resultados das operações e a posição financeira (fluxos de caixa) em relação às circunstâncias, está relacionado com o impacto da materialidade na opinião dos administradores das demonstrações financeiras (OROC, 1999).

Apesar das determinantes da materialidade estarem inter-relacionadas, segundo a OROC (1999):

Em alguns casos, a natureza e as circunstâncias de uma distorção podem ter tal importância que a dimensão não seja determinante para o utilizador das

demonstrações financeiras. Por exemplo alterações políticas contabilísticas, despesas ou outros documentos.

Um dos aspetos que coloca o auditor com alguns problemas na deteção da materialidade, é o efeito cumulativo das pequenas quantias, que num aglomerado número, pode afetar claramente as demonstrações financeiras.

A OROC (1999) refere que existe uma relação inversa entre a materialidade e o nível de risco de auditoria, o que significa que, quanto maior o nível de materialidade, menor é o risco de auditoria e vice-versa.

Assim, segundo Costa (2010), a materialidade está associada com a medida de precisão, e o risco de auditoria tem a ver com a medida de credibilidade. O mesmo autor finaliza “que em termos qualitativos, uma distorção deve ser sempre considerada material se, entre outras situações, tiver por base uma fraude ou irregularidade ou quando resultar do incumprimento das leis ou dos regulamentos aplicáveis”.

3.1 - Risco de Auditoria

De acordo com o ISA 320 (2009), “o risco de auditoria é o risco de o auditor expressar uma opinião não apropriada quando as demonstrações financeiras estejam materialmente distorcidas”. Assim, o risco de auditoria é uma função dos riscos de distorção da materialidade (distorção dos riscos das demonstrações financeiras antes de uma auditoria) e do risco de deteção (riscos que o auditor não deteta).

O risco inerente, segundo Costa (2010), “é a suscetibilidade de que uma asserção, possa estar materialmente distorcida, individualmente ou quando agregada com outras distorções”.

Em relação ao risco de controlo, é o risco que está associado aos riscos provenientes da gestão do controlo interno na empresa, e normalmente é articulado quando existe alguma falha nos componentes do controlo interno, pela qual, não conseguem ser atempadamente corrigidas, detetas e evitadas através do controlo interno da empresa.

O risco de deteção, envolve os riscos que estão envolvidos no contexto da auditoria, conjuntamente com os procedimentos do controlo interno em que, estes não conseguem detetar as distorções. Deste modo, é importante que o auditor avalie os riscos de distorção material em relação a cada demonstração financeira.

A fórmula matemática para avaliar o risco de auditoria é:

$$RA = RI \times RC \times RD$$

Sendo que:

RA = Risco de Auditoria

RI = Risco Inerente

RC = Risco de Controlo

RD = Risco de Deteção

O risco de deteção, muitas das vezes é o risco que tem a variável desconhecida, por isso é calculado em ordem a RD para uma fácil e adequada resposta.

$$RD = \frac{RA}{RI \times RC}$$

Para Costa (2010), existe uma relação inversa entre o risco de deteção e o nível combinado do risco inerente e do risco de controlo, como elucidado na fórmula matemática acima. Os níveis de riscos em relação ao inerente e o controlo tem uma natureza considerada pelos auditores (mais baixa, média e mais alta).

Uma forma rápida de perceber este conceito, é pensar matematicamente que para o risco de deteção manter-se constante, o risco inerente terá que ser mais alto, em contrapartida o risco de controlo terá que ser obrigatoriamente mais baixo e vice-versa. Em relação à categoria média na determinação do risco, sucede quando os dois riscos (inerente e de controlo) encontram-se determinados como média.

3.2 - Risco do Negócio

Foi descrito no capítulo anterior que o enfoque da auditoria interna era o controlo interno, porém, com a evolução do mercado e das tecnologias, passou a ser designado por risco de negócio ou então por gestão do risco, para poder adequar-se às circunstâncias atuais.

Como já foi abordado de forma resumida, risco de negócio enquadra-se atualmente melhor que controlo interno, no contexto em que o objetivo é tentar prevenir riscos negativos que prejudiquem a entidade. No entanto, existe um risco associado ao investimento que tanto pode ser negativo como positivo. Assim, “quanto maior é o risco, maior é a necessidade de um controlo” (Morais & Martins, 2007).

Os riscos são difíceis de controlar e prever mas, a administração com a implementação das técnicas de gestão do risco pode minimizar os riscos que podem prejudicar a entidade, tais como: a implementação de um seguro para minimizar as perdas que possam acontecer no futuro.

Do ano 2001 até ao presente, a organização COSO, deu início ao desenvolvimento da avaliação do risco de negócio, para que houvessem estratégias e uma estruturação robusta para a identificação e avaliação dos riscos (COSO, 2004).

O aparecimento da estrutura COSO – *Risk Assessment* enquadrou-se aquando dos escândalos do World Telecom e Enron, que causaram grandes quebras e provocaram “medo” aos investidores de investir nas empresas cotadas na bolsa americana.

As empresas atualmente enfrentam grandes incertezas, e por isso cabe aos administradores, em conciliação com os auditores, determinar até que ponto é aceitável cada risco. O risco de negócio dá oportunidade aos administradores para averiguar as incertezas, tendo em consideração as consequências que possam advir, a fim de avaliar o valor do risco. O risco de negócio é minimizado, sempre que a empresa tenha um plano estratégico traçado.

Uma ideia-chave sobre o risco de negócio, segundo COSO (2007) preconiza que:

O risco de negócio é um processo orientado em uma organização pelo conselho de administração, direção e outros colaboradores, que aplicam na

empresa planos estratégicos formulados para identificar em toda a entidade eventuais riscos. São administrados os riscos de modo a manter compatíveis com o risco da empresa e possibilitar uma garantia razoável do cumprimento dos objetivos.²

A gestão de risco em toda a empresa traz benefícios, sendo resultado de uma abordagem orientada, coerente e organizada. O papel de um auditor interno em torno do risco de negócio é facultar segurança para a gestão e para a administração sobre a eficácia da gestão do risco.

Este método é administrado pela administração da empresa que alerta e previne os riscos que podem estar vulneráveis. Relativamente á não divulgação e identificação dos riscos, pode originar abuso de poder pela gestão da empresa, o que pode colocar a empresa na falência. Foi o que sucedeu em algumas empresas bolsistas americanas.

3.3 - Lei Sarbanes-Oxley

“A infinidade de páginas da Lei, repletas de “legalismos”, reside numa premissa simples: a boa governança corporativa e as práticas éticas do negócio não são mais requintes - são leis” (Delloite, 2003).

A lei Sarbanes-Oxley, que também pode ser conhecida por Sox ou por Sarbox, surgiu dos escândalos ocorridos nas empresas bolsistas, nomeadamente no mercado norte-americano e em empresas de renome, tais como: a Mitsubishi Motors, a Enron, a World Telecom e a Parmalat.

De acordo com Morais & Martins (2007), “a Sox foi a resposta do governo americano para reforçar a confiança dos investidores após a ocorrência de vários escândalos financeiros”. O mesmo autor refere que “é aplicável a todas as empresas com títulos cotados na bolsa de valores dos Estados Unidos da América”.

Estes escândalos surgiram da falta de transparência, fraudes e manipulações nas demonstrações financeiras e contabilísticas nas empresas, que tornaram frágil a confiança

² Tradução Livre

dos investidores e abalaram o equilíbrio no mercado de capitais, não só americano como do resto do mundo (Silva, 2009).

Contudo, a empresa que provocou maior impacto nestes escândalos foi a Enron, a qual despertou o interesse por parte dos fundadores da lei: Paul Sarbanes (senador democrata de Maryland) e Michael Oxley (deputado Republicano de Ohio) para alterar as medidas de organização e rigor nos métodos contabilísticos e organizacionais. Este documento legislativo era considerado um marco muito importante nesta área, sendo promulgado pelo *Public Company Accounting Reform and Investor Protection Act* e, posteriormente aprovado num Congresso nos EUA em Julho de 2002, presidido por George W. Bush, que referiu “*the most far – reaching reforms of American business practice since the time of Franklin Delano Roosevelt*” (Amorim, 2005).

As empresas com mercados acionistas norte-americanos começaram a aplicá-la, com a finalidade de obter requisitos mais exigentes na área do *Corporate Governance*, principalmente no contexto do controlo interno e na responsabilidade dos gestores nas empresas.

De acordo com a Lei, existe uma autoridade legislativa da regulamentação decretada pelo (SEC) *Securities and Exchange Commission*, que impõe penas pesadas aos infratores pelo descumprimento intencional.

A secção 404 da Lei - *Avaliação do controlo interno pela gestão* - exige obrigatoriedade na emissão de um relatório anual efetuado pela administração em relação ao controlo interno, sendo um complemento ao relato financeiro, tencionando abranger:

- Uma declaração de responsabilidade da administração sobre a manutenção de uma estrutura organizada do controlo interno e dos procedimentos do relato financeiro;
- Uma avaliação, contendo a data do último ano fiscal, com os pontos de eficácia do controlo interno e os relatos financeiros.

Os auditores do SEC, que são auditores responsáveis pela verificação dos relatórios das organizações que abrangem a Lei de Sarbones-Oxley, têm de se pronunciar sobre a avaliação dos controlos internos geridos pela gestão através de um relatório de validação, de acordo as normas de certificação.

O controlo interno põe em prática a Lei de Sox e tem como objetivo a obtenção de três categorias essenciais:

1. A eficiência das operações.
2. A confiança e credibilidade dos relatórios financeiros que serão entregues ao SEC para serem validados.
3. O cumprimento da Lei Sox e regulamentos aplicáveis.

Delloite (2003), referiu que a Lei Sox está repleta de reformas para a governança corporativa, divulgação e contabilidade; e que esta nova Lei visa, por meios tangíveis, “reparar” a perda de confiança pública dos líderes empresariais norte-americanos.

Muitos dos estudiosos da área, acreditam que a boa prática desta Lei, tendo como base os procedimentos para o controlo interno, retrata um avanço importante na confiança dos investidores e nas companhias de mercado aberto. Já outros críticos da Lei, afirmam que este foco sobre a governança corporativa e na transparência das informações financeiras, pode meramente motivar o senso empresarial, não indo ao encontro do objetivo inicial.

Contudo, a Lei Sarbanes-Oxley implica novas regras e, conseqüentemente, custos acrescidos. A aplicação da mesma nas empresas de pequena dimensão pode significar um gasto desnecessário, acabando por não compensar em relação ao benefício.

Empresas de domínio privado não estão legalmente obrigadas a executar a Lei Sox, mas podem adotar alguns componentes para melhorar a performance na concretização dos objetivos da empresa.

A administração da empresa tem a responsabilidade de emitir os pareceres dos controlos internos, num relatório anual. A existência de um auditor externo (independente) em empresas bolsistas é uma prática comum, em que este é responsável pela validação e atestamento dos relatórios.

O auditor externo, para cumprir o seu trabalho com rigor, necessita que a administração cumpra com algumas responsabilidades em relação ao controlo interno nas demonstrações financeiras.

Delloite (2003), alude aos benefícios que podem advir do simples cumprimento da Lei Sarbanes-Oxley pelo que uma forte estrutura de controlos internos pode ajudar a entidade a:

- Tomar melhores decisões operacionais e obter informações mais pontuais;
- Conquistar (ou reconquistar) a confiança dos investidores;
- Evitar a evasão de recursos;
- Cumprir as leis e regulamentos aplicáveis na Lei Sox e;
- Obter vantagem competitiva através de operações dinâmicas.

A não aplicação da Lei Sox pode levar a situações idênticas às que aconteceram antes da promulgação da Lei que, segundo Delloite (2003) são:

- Maior exposição à fraude;
- Penalidades impostas pela SEC;
- Publicidade desfavorável;
- Impacto negativo sobre o valor do acionista e;
- Queixas ou outras ações judiciais efetuadas por acionistas.

A Lei Sox de forma direta ou indireta, tornou as normas de auditoria mais exigentes para os administradores, tornando-os mais responsáveis nas demonstrações financeiras, e tornando-as mais transparentes para os acionistas que, queiram investir nos mercados bolsistas.

Capítulo 4 - Modelos de Controlo Interno

O conceito de controlo interno tem sofrido algumas mutações com o passar do tempo pois, têm sido criados novos modelos de apoio às entidades para ajudar na evolução rápida da expansão do mercado.

Existem inúmeras metodologias porém, existem umas que saltam mais à atenção e que são mais vezes abordadas, tais como: a COSO, COBIT, SAS nº55 e 78 e SAC. A existência destes relatórios nos dias de hoje é um meio importante para poder monitorizar o desempenho da empresa.

4.1 - COSO

O *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* é representado pelas siglas COSO e, é uma organização que atualmente dispõe de cinco associações: IIA – *The Institute of Internal Auditors*; IMA – *Institute of Management Accountants*; FEI – *Financial Executive Institute*; AICPA – *American Institute of Certified Public Accountants* e; AAA – *American Accounting Association*.

Esta organização teve início em 1985 para defender a Comissão Nacional de relato de fraudes nos Estados Unidos da América e, desenvolveu recomendações para as empresas, para os auditores externos, para o SEC (*Securities and Exchange Commission*), entre outras entidades reguladoras.

O COSO é um dos modelos de controlo interno mais conhecidas mundialmente nesta área, devido às suas características de fácil implementação e de adequada organização nas empresas. Atualmente este modelo define os objetivos que as empresas pretendem relacionando-os com os riscos associados.

No entanto, esta organização é independente de cada uma das organizações acima descritas e, nela possui representantes da área da indústria, contabilidade pública, empresas de investimento e mercados de bolsas de valores.

O objetivo primordial desta organização, é assegurar a liderança nas três temáticas:

gestão do risco, controlo interno e deteção de fraude e erros. Esta organização lançou, em 1992, um relatório designado por *InternalControl – IntegratedFramework*, com uma definição generalista sobre o controlo interno. Contendo nesse documento um quadro para dar resposta às exigências dos executivos. Esse quadro foi amplamente utilizado nos EUA e em outros países.³

A apresentação da página oficial da organização⁴, está dividida em três temas, que são: *Internal Controls*, *Entrprise Risk Management* e *Fraud Deterrence*. Para este estudo, focar-me-ei nos dois primeiros temas por serem de maior relevância ao estudo.

Os métodos deste modelo podem ser aplicados em organizações privadas, públicas, sem fins lucrativos e entre outros, sendo um modelo com uma definição generalista adaptável a qualquer empresa.

4.1.1 - Controlo Interno

O modelo COSO define o controlo interno “como um processo, efetuado pelo conselho de administração, gestão e outros profissionais da entidade, concebido para fornecer uma segurança razoável quanto à realização dos objetivos nas seguintes categorias:

- ❖ Eficácia e eficiência das operações;
- ❖ Confiabilidade dos relatórios financeiros e
- ❖ Cumprimento das leis e regulamentos aplicáveis” (COSO, 1992).

A definição tem um carácter amplo, o que significa que este é um conceito fundamental, que as organizações devem de implementar e realizar, fornecendo uma base na aplicação onde operam as diferentes empresas, indústrias e regiões geográficas (COSO, 2013).

A organização COSO (COSO apud Pickett, 2005) defende que os executivos têm explorado maneiras de controlar melhor as empresas, sendo que o controlo interno é colocado em prática para manter a empresa em direção às metas pretendidas.

³ COSO: http://www.cpa2biz.com/AST/PricingStructureAssortments/Student/Pricing_Student/PRDOVR~PC-990009/PC-990009.jsp?selectedFormat=Paperback[12 de Maio de 2013]

⁴www.coso.org

Um adequado sistema de controlo, é capaz de lidar com ambientes que mudam rapidamente o seu meio envolvente tanto a nível económico como competitivo, procurando as prioridades dos clientes e a reestruturação para o crescimento. O controlo interno promove a eficiência, reduz o risco de perda de ativos e ajuda a garantir a fiabilidade das demonstrações financeiras em conformidade com as leis e regulamentos exigidos.

O modelo COSO abrange três categorias de objetivos:

1. Objetivo das operações - onde os ativos pertencem à eficácia das operações da entidade, incluindo as metas de desempenho operacional e financeiro e a salvaguarda das eventuais perdas.
2. Objetivo do relatório - a informação financeira e não-financeira interna e externa, onde abrange confiabilidade, pontualidade, transparência, ou outros termos, conforme estabelecidos pelos órgãos da empresa.
3. Objetivo da conformidade - diz respeito à observância das leis e regulamentos a que a entidade está sujeita no país de sede (COSO, 2013).

A estrutura COSO define cinco componentes inter-relacionados, tendo como base primordial o trabalho da administração em gerir as atividades que fazem ligação a uma estrutura de controlo eficiente. Os cinco componentes serão abordados de uma forma breve, visto que já foi elucidado no tema dos componentes do controlo interno no capítulo 2. Os componentes que são abordados são ajustados, dependendo da dimensão da empresa e região:

* **Ambiente de controlo** - é a base para a execução de todos os outros componentes, em que se proporciona disciplina e estrutura. Os seus fatores são: a integridade, os valores éticos, a competência das pessoas na empresa, a filosofia da administração e o estilo operacional. O auditor deve estudar o ambiente em que a empresa está integrada para proporcionar relatórios com os pontos fortes e fracos da entidade.

* **Avaliação dos riscos** - cada empresa por mais organizada e estruturada que esteja, enfrenta uma variedade de riscos externos e internos que devem de ser calculados. A avaliação do risco está em constante mutação devido às alterações socioeconómicas e tecnológicas.

* **Atividades de controlo** - são as políticas e procedimentos que ajudam a assegurar as diretrizes da gestão. Aqui assegura-se que as ações são realizadas para os objetivos da empresa, onde incluem a aprovação, autorização, verificação, reconciliação e a segurança dos ativos.

* **Informação e comunicação** - é a base do controlo, é a maneira como a empresa transmite aos colaboradores os procedimentos mais eficazes.

* **Supervisão** - também designado por monitorização, é um processo que aprecia a qualidade do sistema de controlo no decorrer da atividade. No fundo é este componente que faz a verificação dos outros componentes.

Existe uma relação direta entre os objetivos (o que a empresa executa para a obtenção das metas traçadas) e os componentes (o que é necessário para atingir os objetivos e a estrutura organizacional).

Para a Pickett (2005), o modelo da COSO, é uma organização muito dinâmica no sentido que abrange a maioria dos aspetos que as entidades precisam para uma boa gestão e um adequado controlo interno. Seguem-se cinco perguntas fundamentais a cada componente:

- As empresas tem ferramentas corretas para controlar o negócio? (ambiente de controlo)
- Conseguimos perceber todos os riscos que impedem de obter um controlo de negócio adequado? (avaliação do risco)
- É implementado as atividades de controlo adequadas para enfrentar os riscos de negócio? (controlo de atividades)
- Somos capazes de monitorizar a forma como o negócio está a ser controlado? (supervisão)
- Será que a comunicação na organização ocorre de uma forma hierárquica, permitindo que os problemas e ideias sejam comunicados aos superiores hierárquicos da empresa? (informação e comunicação)

A resposta a estas questões, levam as empresas a obter com eficácia o controlo interno e, conseqüentemente, o caminho para alcançar relatórios financeiros e contabilísticos credíveis.

O modelo que o COSO define, pode ser apresentado na forma de cubo, onde estão as três categorias de objetivos, os cinco componentes e a estrutura organizacional da entidade. Ver a figura 2, mencionada na página 22.

4.1.2 - Gestão do Risco

A gestão de risco é um processo contínuo, conduzido por profissionais que aplicam as estratégias pretendidas, com uma visão de portfólio de todos os riscos a que a organização está exposta e, capazes de proporcionar uma garantia razoável para a administração e a sua organização (COSO, 2007).

Segundo Pickett (2005), o ERM – *Enterprise Risk Management* do modelo da COSO é projetado para identificar potenciais eventos e direcionar para os objetivos-chaves através de uma definição de estratégias em toda a empresa.

O relatório da COSO – ERM, define que a gestão dos riscos é um processo efetuado pela administração, gestão e outras pessoas da entidade, estes interpretam estratégias em toda a área da empresa para identificar potenciais eventos que afetam a entidade, e gerir o risco, com o intuito de fornecer segurança razoável na realização dos objetivos (COSO, 2010a).

“A determinação do risco está associada à incerteza, podendo esta estar precedida tanto de ameaças, que provocam a perda de valor, como de oportunidades, que acrescentam valor à organização” (Silva, 2009).

Inicialmente, a COSO – *Integrated Framework* elaborou cinco componentes para a otimização do controlo interno, atualmente com o novo modelo da COSO – ERM, que contém uma visão mais futurista, enquadrada numa análise de previsão dos riscos da empresa. A elaboração deste modelo deve-se, essencialmente, aos riscos a que as organizações estão expostas com as novas tecnologias.

Esta nova visão, veio alargar o leque dos componentes do controlo interno, adicionando mais três relativamente ao inicial, perfazendo um total de oito componentes inter-relacionados:

1. Avaliação do risco;
2. Identificação de eventos;
3. Tratamentos de riscos /Resposta ao risco;
4. Atividades de controlo;
5. Supervisão;
6. Informação e comunicação;
7. Ambiente interno e
8. Fixação de objetivos.

Figura 3 - Componentes do Controlo Interno do Risco



Fonte: COSO ERM, 2013

Os componentes do relatório da COSO, têm um relacionamento direto com os objetivos pretendidos e os componentes da gestão do risco. Segue-se a definição de cada componente deste modelo:

- **O ambiente interno** - abarca o que define a organização e estabelece a base na qual os riscos são identificados e abordados pelas pessoas da entidade, inclusive a filosofia de gestão do risco, exposição ao risco, a integridade dos valores éticos, para além do contexto em que está inserida.
- **Fixação dos objetivos** - os objetivos devem ser identificados antes da

administração averiguar potenciais eventos que possam pôr em causa a organização. A gestão do risco pressupõe que a administração tenha um plano de objetivos a alcançar e que estes estejam perfilados na missão da empresa.

- **Identificação de eventos** - são considerados os eventos externos e internos que influenciam os objetivos da empresa, estes devem ser identificados e classificados em risco ou oportunidade para a empresa. No caso de ser uma oportunidade, esse evento deve de ser canalizado para os planos estratégicos/objetivos da administração.

- **Avaliação de riscos** - os riscos são avaliados consoante a sua probabilidade e possível impacto. Os riscos podem ser analisados na condição de: inerente, que significa a possibilidade de acontecer um evento positivo ou negativo e; residual, que é quando existem formas de diminuir o risco contudo, não é possível eliminá-lo.

- **Tratamento dos riscos/ Resposta ao risco** - é a forma como a empresa responde, evita, aceita, reduz e ao mesmo tempo compartilha os riscos, de modo a desenvolver uma série de padrões para apurar a tolerância ao risco.

- **Atividades de controlo** - são os procedimentos adotados para fazer face ao risco, como por exemplo: as políticas que devem ser implementadas; medidas de prevenção; manuais elaborados com base na recolha de informação; medidas de deteção para identificar eventuais problemas e analisar se as informações estão a ser bem geridas.

- **Informações e Comunicações** - as informações que são de domínio relevante para a entidade devem de ser identificadas, recolhidas e comunicadas no prazo estabelecido, para que possam cumprir com os objetivos e responsabilidades. A comunicação eficiente e eficaz favorece a organização em todos os níveis.

- **Supervisão** - a supervisão é efetuada nos planos da gestão de forma contínua pois, os riscos são sempre diferentes e estão em constante mudança devido às alterações contextuais.

A utilização adequada dos oito componentes na gestão, traz mais benefícios que limitações. Uma das limitações são as pessoas que trabalham na empresa, principalmente as

que têm um cargo hierárquico superior, ao nível da tomada de decisão. Por isso é necessário averiguar se existe conluio ou conflitos de interesses dentro e fora da empresa. Para além disto, a implementação destes métodos de controlo, importa um custo acrescido à empresa pelo que, se apresentar mais custos que ganhos, deve ser relativizada.

Em resumo, a gestão do risco deve ser implementada em todas as empresas, devendo estas desenvolver a sua própria abordagem de gestão do risco, adequada às circunstâncias da entidade (COSO, 2011).

4.2 - COBIT

O modelo COBIT que significa *Control Objectives for Information and Related Technology*, foi disponibilizado pela primeira vez em 1996 pelo *Information Systems Audit and Control Foundation's* (ISACF). No ano de 1998 foi publicada uma segunda edição, republicada novamente em 2000. Nesta terceira edição, o *IT Governance Institute* apareceu como o principal promotor da organização (Silva, 2009).

O COBIT está relacionado com a vertente tecnológica, enquadrando-se adequadamente aos parâmetros atuais. Este modelo serve para a gestão de boas práticas em contextos de tecnologias de informação (TI), ou seja, contextos relacionados com as atividades tecnológicas.

Este modelo, contextualiza-se na realidade atual devido à dependência eletrónica da tecnologia por parte das empresas, as quais devem apostar em níveis crescentes de segurança na área do controlo (Morais & Martins, 2007).

O relatório COBIT adotou a definição de controlo interno do modelo COSO que é: “conjunto de políticas, procedimentos, práticas e estruturas organizacionais projetados para obter uma segurança razoável de que os objetivos de negócio sejam alcançados e que os eventos indesejáveis sejam evitados, detetados e corrigidos” (IFAC, 2006).

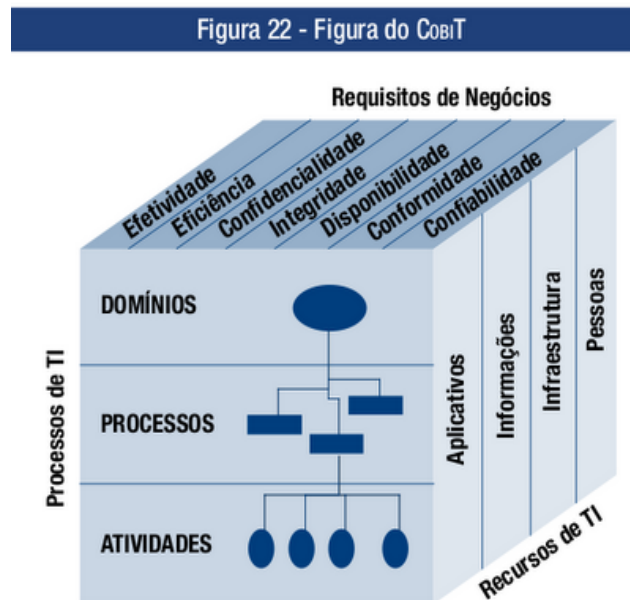
Este relatório defende que as tecnologias de informação: estejam de acordo com o negócio; maximizem os benefícios dos negócios; sejam utilizadas de uma forma responsável e; geridas de modo adequado.

O modelo de COBIT veio proporcionar uma gestão de boas práticas em contextos de

tecnologias de informação sendo que a utilização das TI no modelo COBIT, têm tido um reconhecimento a nível mundial devido ao sucesso empresarial alcançado, por ser uma ferramenta atual e futurista. Este modelo possui uma estrutura muito idêntica ao COSO, embora seja mais focalizado para ambientes altamente tecnológicos. Estes dois modelos não se excluem entre si, pelo contrário, complementam-se (Moeller, 2005 apud Silva, 2009).

O modelo COBIT é, sem dúvida, o quadro de controlo mais adequado para ajudar as empresas numa utilização bem sucedida das tecnologias da informação, em prol das necessidades do negócio (Ridley et al., 2004).⁵

Figura 4 – Cubo COBIT



Fonte: Bruno Marota, 2012: COBIT 4.1 para concursos⁶

A figura 4 elucida o funcionamento do modelo COBIT nas tecnologias de informação, pela qual este modelo está estruturado em três dimensões, inter-relacionadas

⁵ Tradução Livre

⁶<http://brunomarota.blogspot.pt/2012/05/cobit-41-para-concursos-componentes-do.html>[3 de Maio de 2013]

entre si, recursos de TI, requisitos de negócio e processos de TI.

Os recursos de tecnologias de informação, que este modelo apresenta são baseados em dados/sistemas de aplicação, tecnologias, instalações e em pessoas envolvidas no processo. No recurso de dados estão incluídos textos, datas, números, gráficos ou sons e em relação aos sistemas de aplicação, estão incluídos os procedimentos manuais ou programados. A tecnologia refere-se ao hardware/software, ou seja, o sistema operativo da empresa e a sua rede de equipamentos. As instalações/infraestruturas são os recursos utilizados no meio envolvente da entidade. E, para finalizar, as pessoas que possuem capacidades para organizar, adquirir, apoiar e supervisionar os sistemas de informação.

Os critérios de informação/requisitos compreendem três componentes essenciais e primordiais que são: a qualidade, a confiança e a segurança. Mas, para além destes requisitos, o modelo requer sete critérios de avaliação dos recursos de tecnologia da informação, que são:

- **Eficácia:** gerar a informação essencial e pertinente no processo de negócio, bem como a sua entrega atempada, correta e consistente.
- **Eficiência:** entregar a informação de forma mais adequada, produtiva e económica.
- **Confidencialidade:** proteger as informações confidenciais da empresa para evitar a sua divulgação imprópria.
- **Disponibilidade:** preparar adequadamente a disponibilidade da informação na salvaguarda dos recursos.
- **Conformidade:** aplicar em concordância com as leis, regulamentos e obrigações.
- **Confiabilidade:** entregar a informação apropriada na tomada das decisões.⁷

Na ótica das tecnologias de informação, o modelo apresenta três segmentos de domínios, processos e atividades.

- Na vertente do domínio, é a relação entre o planeamento e a

⁷Wikipédia: <http://pt.wikipedia.org/wiki/COBIT> [7 de Maio de 2013]

organização; aquisição/implementação; entrega/suporte e supervisão ou monitorização.

- Os processos definem um conjunto de procedimentos para garantir uma completa gestão das tecnologias de informação, ligando todas as áreas da empresa.
- As atividades referem-se às atitudes adequadas para atingir os resultados.

O controlo é avaliado nas três dimensões e em que cada processo, avaliam-se quatro etapas: controlar os processos das TI, avaliar o grau de satisfação, permitir listas dos processos de controlo e considerar as práticas do controlo (Morais & Martins, 2007).

O modelo detém definições sobre o controlo interno como também sobre as tecnologias de informação, onde conjugam-se diretamente e de forma proporcional na eficácia dos objetivos (Moeller, 2008).

4.3 - SAC

O relatório *Systems Auditability and Control (SAC)* é um modelo que foi publicado em 1977 pelo IIA (*The Institute of Internal Auditors*), tendo sido revisto e atualizado em 1991 e 1994 (Mair, 2002).

Tendo em conta que nos dias que correm vivemos em constante mudança nas tecnologias, este relatório é essencialmente elaborado para os auditores poderem obter conhecimentos tecnológicos, e que sejam capazes de responder aos novos riscos que estão inerentes.

O relatório SAC ajuda a administração e aos auditores internos na avaliação e compreensão dos riscos da tecnologia, de forma a mitigá-los. O relatório explora os riscos iminentes e ajuda a acompanhar os componentes organizacionais de cada entidade, inclusive os clientes e os órgãos reguladores. A tecnologia de informação é considerada na auditoria uma prática recorrente e que traz apoio a empresa, oferecendo grandes oportunidades mas também alguns riscos elevados.

Nem tudo pode ser considerado uma barreira no mundo da tecnologia, estas novas ferramentas têm ajudado a cortar nos custos, a expandir o negócio e a melhorar o desempenho financeiro através de meios gratuitos. Por vivermos numa sociedade em constante comunicação, o controlo interno deve centrar-se para o exterior, embora isto seja difícil de concretizar com o impacto desejável, essencialmente nas pequenas empresas. Neste caso, estas podem beneficiar do meio de divulgação mais utilizado: a Internet, nomeadamente as redes sociais.

O modelo SAC permite a discussão dos objetivos, riscos e respetiva mitigação num contexto *e-business*, em que o objetivo é concentrar-se nos riscos do negócio que devem ser implementados (Mair, 2002). O modelo SAC define o controlo interno como um meio de oferecer segurança razoável, para que os objetivos da empresa sejam realizados de uma forma eficaz e económica.

Silva (2009) define o controlo interno do modelo SAC tendo em conta os sistemas de informação, que podem ser classificados em cinco categorias:

1. Preventivo, detetivo e corretivo;
2. Discricionário e não discricionário;
3. Voluntário e obrigatório;
4. Manual e automatizado;
5. Geral e aplicado.

Na avaliação do risco, o modelo SAC foca-se no mercado eletrónico (*e-commerce*) na sua forma de “lidar” e conduzir o mercado, alinhando estratégias de marketing e de design para enquadrar-se no mercado concorrencial. O plano estratégico deve ser elaborado com muita precisão e rapidez, dependendo da área de negócio. O comércio eletrónico é um mercado em forte expansão e com constantes alterações de conceitos que ocorre num curto espaço de tempo.

Não existe nenhum padrão para mensurar os riscos associados ao comércio eletrónico, por isso, cada empresa tem que avaliar o risco consoante o seu mercado e área de negócio.

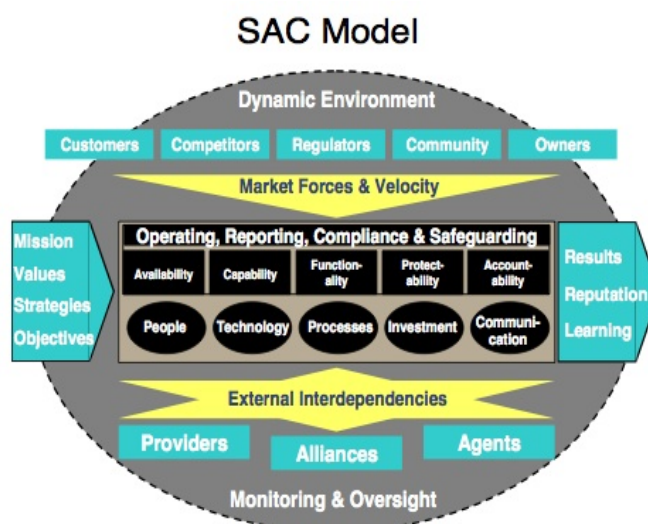
Os relatórios do *Institute of Internal Auditors* (IIA) sobre o modelo SAC de 1977, que posteriormente tem sido atualizado para refletir o ambiente cada vez mais tecnológico

denominado por eSAC (*Electronic Systems Assurance and Control*) (Ramamoortil & Weidenmier, 2004).

De acordo com Silva (2009), refere que com este modelo, os auditores internos devem entender o risco de negócio, num contexto de comércio eletrónico, relacionando os riscos associados às estratégias de gestão e, dando segurança relativamente à disponibilidade, capacidade, funcionalidade, proteção e responsabilidade dos sistemas envolvidos.

São cinco os atributos deste sistema de controlo interno: disponibilidade, capacidade, funcionalidade, proteção e responsabilidade.

Figura 5 – Modelo SAC



Fonte: Mair, 2002

4.4 - SAS 55/78

O modelo SAS (*Statements on Auditing Standards*) é um aglomerado de normas que regula a profissão de auditor, proveniente da *American Institute of Certified Public Accountants* (AICPA) publicado em 1988.

O SAS nº 78 veio substituir o SAS 55, alterando a definição e o conteúdo do controlo interno, sendo que inicialmente este relatório direcionava para três dos componentes, e

com a entrada do modelo COSO, foi alterado para cinco os componentes do modelo SAS.

O SAS é aplicável no controlo interno das empresas como uma auditoria de demonstrações contabilísticas e financeiras, com base nos regulamentos e leis do país, sendo direcionada especialmente para auditores externos à empresa.

O relatório do SAS nº78 dá grande importância ao modelo COSO, pois este está a tornar-se, mundialmente, um quadro amplamente aceite no sistema de controlo interno, foi para poder ir ao encontro das ideologias da COSO que o SAS nº 55 foi revogado. O modelo COSO foi construído com vista à aglomeração de vários conceitos e definições para fornecer um sistema de controlo interno adequado às empresas.

Os três componentes de controlo interno do relatório inicial (SAS 55) são:

- Ambiente de controlo;
- Sistema contabilístico;
- Procedimentos de controlo.

As alterações do SAS 55 para 78 foram de natureza educativa, por enquadrar-se nas alterações da estrutura do controlo interno, as alterações de natureza processual não tiveram tanto impacto.

O SAS 78 adaptou a definição do controlo interno do modelo COSO que preconiza que os processos efetuados pela administração, gestão e outros profissionais, devem fornecer segurança razoável na realização dos objetivos das seguintes categorias:

- Confiabilidade dos relatórios financeiros;
- Eficácia e eficiência das operações e;
- Cumprimento das leis e regulamentos aplicáveis (Frazier &

Spradling, 2009).

Além do SAS ter mudado a sua definição, também alterou a sua abordagem dos componentes do controlo interno (como já foi mencionado), sendo que anteriormente eram três componentes e passaram a ser designados cinco (que são iguais ao do modelo da COSO):

- 1. Ambiente de controlo;**
- 2. Avaliação de riscos;**
- 3. Atividades de controlo;**

4. **Informação e comunicação e;**
5. **Supervisão.**

O relatório do SAS 78 difere do modelo da COSO na avaliação do controlo: o modelo COSO evidencia que devem existir auditores (na sua maioria externos) mas, nas pequenas entidades isso é difícil, devido os custos associados, assim, o SAS 78 refere que as empresas de menor dimensão não conseguem suportar os custos associados aos auditores externos mas tal não pode afetar o controlo da entidade.

A avaliação do risco é um componente vocacionado para as demonstrações contabilísticas e financeiras na deteção e prevenção de possíveis erros. O SAS define a avaliação do risco numa empresa como um processo de identificação e análise dos riscos que possam afetar os objetivos propostos. Assim, é necessário identificar algumas condições e medidas que possam ser um risco inerente à entidade, como por exemplo: mudanças do ambiente operacional; novos funcionários; sistemas novos (*hardware/software*); rápida expansão da empresa; novas tecnologias; novos procedimentos contabilísticos e nova regulamentação.

Silva (2009) refere que os SAS Nº 55 e 78 têm como base o sistema de informação financeiro, este facto deve-se a estas normas terem como principal objetivo, fornecer aos auditores um guia que permita considerar o impacto do controlo interno no planeamento e na execução da auditoria.

4.5 - Análise Comparativa dos Modelos

Através da análise destes quatro modelos, podemos concluir que o controlo interno tem tido grande importância para os auditores, administradores e legisladores nos últimos tempos, ajudando-os nas tomadas de decisões.

O primeiro modelo a ser aplicado foi o SAC, em 1977, posteriormente apareceu o relatório SAS 55 no ano 1988, revogado entretanto em 1995 para SAS 78, e consecutivamente foi implementado o modelo COSO em 1992, o qual teve muito sucesso na sua estrutura organizacional. Finalmente, em 1996 foi lançado o modelo COBIT com uma

abordagem virada para as tecnologias de informação.

O modelo COBIT é uma ferramenta essencial aos administradores, auditores e gestores, para desempenharem os negócios com eficiência e eficácia através dos sistemas de tecnologia da informação. O modelo SAC apoia os auditores internos no controlo interno com base em sistemas de informação e tecnologia. Por sua vez, o modelo COSO elabora recomendações para a gestão de modo a avaliar, documentar e melhorar os sistemas de controlo. No relatório do SAS 55 (1988) e 78 (1995), o planeamento das demonstrações financeiras é elaborado com base na orientação dos auditores externos.

Os relatórios apresentados variam para cada tipo de mercado e contexto em que a empresa está inserida, visto que cada um dos modelos focaliza-se em aspetos específicos.

Para uma melhor compreensão, no anexo 4 estão representados de uma forma sucinta, os modelos que foram apresentados.

Parte III – Tratamento dos Dados

Capítulo 5 - Estudo Empírico

O trabalho desenvolvido nesta dissertação é direcionado para o sistema de controlo interno nas empresas de pequena dimensão na Região Autónoma da Madeira. Foi escolhida esta região por ser um contexto insular com um interesse acrescido, relativamente aos Açores e a Portugal Continental pois, está sofreu em todos os setores um aumento de 6 pontos percentuais do IVA.

Nos últimos tempos, a região tem sofrido vários impactos socioeconómicos e escândalos políticos, nomeadamente, o “buraco financeiro” descoberto em 2011, que desde de então, tem trazido várias consequências, tais como o aumento do IVA.

Antes do aumento, a região tinha um IVA de 16%, e com esta percentagem conseguia cobrir os custos associados aos transportes de mercadorias realizadas entre Portugal Continental e a região. Atualmente, com o IVA a 22%, equiparado ao IVA de Portugal Continental (23%) é mais difícil equiparar os preços com as restantes regiões do país, tornando os preços na sua grande maioria superiores, o que por sua vez desencadeia uma diminuição do consumo pelos madeirenses. Com o aumento dos impostos desencadeou-se uma diminuição do consumo nas empresas madeirenses, colocando-as numa situação pouco confortável e tornando cada vez mais imperativo fazer um controlo rigoroso nas mesmas para garantir a sua sobrevivência.

Neste estudo, foi elaborado um questionário, para operacionalizar a avaliação das causas de muitas empresas estarem a “fechar as portas” e, para perceber como as empresas têm suportado os encargos acrescidos imposto pelo Estado e respetiva diminuição do consumo. O questionário foi elaborado com base no livro “Auditoria Financeira” de Carlos Costa (2010), mas também inclui algumas questões da autoria da investigadora, pensadas para poder analisar os fatores externos ao controlo interno e para avaliar com precisão as hipóteses do estudo.

5.1 - Metodologia

Os trabalhos que envolvem investigação pressupõem, necessariamente, um conjunto de métodos científicos para poderem ultrapassar as limitações, analisar os pressupostos, averiguar as capacidades e os potenciais da pesquisa e, também, fazer críticas às implicações do seu resultado.

A metodologia encaminha a pesquisa até aos seus instrumentos, avaliando o tempo de pesquisa, o tipo de amostra, os métodos utilizados e o objetivo pretendido. Assim, é através da metodologia que se analisa, traça e elucida os métodos que irão ser aplicados no decorrer do trabalho de pesquisa, com o objetivo de sistematizar as condutas aplicadas nas várias etapas, de modo a garantir a veracidade dos resultados obtidos.

A investigação, segundo Coutinho (2011), é uma atividade de natureza cognitiva que consiste num processo sistemático, flexível e objetivo de averiguação e que contribui para explicar e compreender os fenómenos sociais. É através da investigação que se reflete acerca dos problemas nascidos na prática, que suscita o debate e se edificam as ideias inovadoras.

Na presente investigação surgiram vários problemas, um deles foi o contato com as entidades para a obtenção de respostas aos questionários e outra foi encontrar pequenas empresas madeirenses, sendo na maioria das empresas madeirenses, microempresas, ocupando uma fatia muito significativa.

Como já foi elucidado, o presente estudo aborda o controlo interno nas empresas madeirenses, mais concretamente, quais os motivos que explicam o número crescente de falências nesta região insular. Posto isto, este estudo tem um enquadramento de ordem prática, adotando uma investigação descritiva.

5.2 - Método de investigação

O presente trabalho tem uma vertente prática e, para poder aplicá-la com a devida fundamentação, foi utilizado como método de enquadramento o questionário, com o propósito de analisar com maior rigor as hipóteses em estudo.

A investigação é centrada essencialmente no sistema de controlo interno nas pequenas empresas madeirenses e, dado que a investigadora não teve conhecimento de nenhuma investigação deste tipo na região, foi elaborado um estudo preliminar, de modo a estudar uma pequena escala, para obter informação pertinente para uma investigação do tipo exploratória.

Para a concretização de um bom questionário é necessária perícia no estudo em questão, é indispensável que este contenha as questões essenciais para responder às hipóteses que irão ser estudadas com o propósito de obter uma conclusão válida.

O método utilizado tem maioritariamente perguntas de resposta fechada para permitir uma análise mais objetiva, uma melhor compreensão e menor erro estatístico para a investigação.

Estamos perante um contexto de novas tecnologias de informação e, como a maioria das empresas tem como opção de contato o correio eletrónico, optou-se por remeter o questionário via e-mail. A elaboração dos questionários foi realizada através da ferramenta Google Docs®, (docs.google.com). A utilização desta ferramenta foi muito útil para a execução dos questionários, pois oferece a possibilidade de enviá-los diretamente via email de uma forma prática, permitindo às empresas responder através da mesma via, garantindo o anonimato.

Segundo Hill & Hill (2000) a vantagem de fazer perguntas fechadas prende-se com o facto de ser fácil traduzi-las para as análises estatísticas, permitindo analisar objetivamente as respostas e possibilitando uma análise sofisticada dos dados.

O questionário do presente estudo inicia-se pela caracterização da empresa (com a formulação do número de funcionários, setor de atividade, onde é inserida, há quanto tempo está no mercado madeirense e qual é o tipo de sociedade). Posteriormente, é constituído por seis partes dentro do sistema de controlo interno,

que são:

- Meios financeiros líquidos;
- Compras de bens e serviços e dívidas a pagar;
- Pessoal;
- Inventários;
- Ativos fixos tangíveis;
- Vendas e dívidas a receber.

Existem outras três partes acerca das restantes hipóteses a serem estudadas (pagamento do Estado as empresas, Aumento do IVA e Impacto das grandes superfícies/concorrência).

Apesar de aparentar ser um questionário extenso, na sua maioria as questões são de resposta fechada. Excepcionalmente, contém algumas questões de resposta aberta para melhor compreensão de alguns critérios.

As questões sobre a temática de controlo interno na presente investigação, tiveram como base, os questionários que o autor Carlos Costa (2010) apresenta no livro de “Auditoria Financeira: Teórica & Prática”. Porém, os questionários foram abreviados por serem considerados extensos e pelo facto de algumas questões não serem significativas para a avaliação das hipóteses em estudo.

5.3 - Amostra

Para Coutinho (2011), “uma amostra é um grupo de sujeitos ou objetos selecionados para representar a população inteira de onde provieram”. No presente estudo, a amostra diz respeito às pequenas empresas situadas na Região Autónoma da Madeira, incluindo a ilha do Porto Santo (apesar do número reduzido de habitantes, existem empresas que são sediadas lá e têm o seu mercado na ilha da Madeira).

Conforme o mesmo autor, afirma que o número não é de facto, o fator mais importante numa amostra, no entanto, sugere o número 30 como o número mágico da amostra “ideal” e, de facto, amostras inferiores a 30 têm poucas probabilidades de

refletirem fielmente os traços da distribuição de uma dada população, comprometendo os resultados da investigação. Foi com base nas afirmações deste autor que se recorreu a 30 ou mais pequenas empresas madeirenses. O pedido de preenchimento dos questionários foi efetuado via email, via telefone e/ou por deslocação às empresas, tendo sido um verdadeiro desafio.

Em relação ao número da nossa amostra, é constituída por 33 pequenas empresas madeirenses, maioritariamente por sociedade por quotas, e apenas 3 das 33 empresas posicionam como empresas unipessoais ou sociedades anónimas.

Este tipo de amostra, foi elaborado num modo aleatório nas pequenas empresas, sem qualquer requisito no setor de atividade como também, sem qualquer abordagem sobre a situação atual que a empresa esta a passar financeiramente. Contendo nos requisitos mínimos, apenas o número de funcionários (10 a 50 funcionários) e tinham que ter sede na Região Autónoma da Madeira.

O número de funcionários entre aquele intervalo, foi devido a caracterização de pequena empresa, e empresas com menos de 10 funcionários, tornaria o estudo pouco viável devido a quase nula existência de controlo interno, como foi referido na revisão da literatura.

As empresas inquiridas tendem a ter a sede na capital da região (69.7%) e operam em diversos setores de atividade (Apêndice 1). A dimensão média da amostra situa-se em torno dos 23 trabalhadores.

5.4 - Hipóteses a testar

A realização dos questionários foi a forma mais acessível e mais apropriada que se encontrou para avaliar as hipóteses pretendidas. A adoção desta metodologia foi motivada não só pelo forte interesse da investigadora em realizar um trabalho em Auditoria mas também, pelo facto de esta ser uma vertente mais ligada à prática.

A realização dos questionários, tem a finalidade de avaliar e executar resposta às hipóteses com o intuito de clarificar se a hipótese pode ser aceite ou rejeitada

através do questionário, as hipóteses para esta investigação, são:

- H1.** As empresas madeirenses estão a utilizar adequadamente o sistema de controlo interno.
- H2.** Existe falta de verba e de cumprimento do Estado perante as empresas.
- H3.** O aumento do IVA desencadeou a não sustentabilidade das empresas.
- H4.** O acentuado número de empresas (concorrência), está a sufocar o mercado.

A análise dos questionários foi realizada através do programa informático de suporte estatístico SPSS® (*Statistical Package for the Social Science*). A análise dos dados através deste programa estatístico foi essencial para o presente estudo, pois permitiu traduzir as respostas dos inqueridos em conclusões objetivas e pertinentes para responder a cada uma das quatro hipóteses.

Capítulo 6 - Resultados

6.1 - Caracterização da Amostra

Conforme os resultados obtidos nas análises estatísticas elaboradas no SPSS, verificou-se que a média de funcionários é de 23 elementos e que o desvio padrão é de 12.41, o que demonstra a dispersão da amostra (isto é, a dispersão em relação à média da amostra). O elevado desvio padrão no nosso estudo, representa uma grande discrepância dos valores em relação à média, pelo que o ideal seria o valor de 0.

No que diz respeito à antiguidade das empresas, pudemos constatar que existe uma grande divergência quanto ao número de anos das empresas devido, essencialmente, ao facto de a amostra ser bastante diversa. Por exemplo, nos dados recolhidos, encontramos empresas que tinham 100 anos de funcionamento no mercado madeirense. Em termos médios, apuramos que as empresas analisadas apresentam cerca de 24 anos de funcionamento, obtendo um desvio padrão de 18.80, o que reflete uma grande dispersão dos valores em relação à média.

Em relação aos setores de atividade da nossa amostra, apuramos que estas empresas são, maioritariamente, da área da restauração e automóvel com um total de 27,3%, sendo que a construção civil, farmácias e a venda de materiais de construção apresentam uma percentagem de 9,1% cada.

6.2 - Caracterização de Procedimentos de Auditoria Interna

Os procedimentos de auditoria interna, mais concretamente o sistema de controlo interno, constituem uma das hipóteses em estudo, a qual, pode colocar as pequenas empresas madeirenses na falência.

Porém, no nosso estudo, a abordagem de todas as áreas de controlo interno nas empresas, iria provocar a falta de perspicácia por parte das empresas ao questionário e consequentemente, levaria a um questionário extenso e de difícil interpretação. Desta

forma, apenas serão abordados cinco temas do controlo interno que são os meios financeiros líquidos, compras de bens e de serviços e dívidas a pagar, pessoal, inventários, ativos fixos tangíveis e por fim as vendas e dívidas a receber.

6.2.1 - Meios Financeiros Líquidos

Relativamente aos meios financeiros líquidos, observou-se que a este nível as empresas inquiridas variam nas suas opções (ver apêndice 2), uma vez que as empresas inquiridas contêm várias falhas, e por sua vez diferentes abordagens sobre os meios financeiros.

Cerca de metade da amostra, deposita diariamente e integralmente os valores recebidos (51.5%) e possibilitam o acesso aos valores recebidos ao empregados que efetuam registos nas contas correntes (50%), sendo que a outra metade segue o procedimento oposto. Este facto representa um ponto crítico no seio das empresas madeirenses, pois a falta de controlo pode causar défices no final de cada mês através da comparação entre os depósitos e o balanço.

Neste domínio identifica-se também, uma tendência generalizada por parte das empresas em controlar os cheques devolvidos pelos bancos (81,3%), conferir o valor total dos valores recebidos com extrato dos recibos e notas de crédito e de débito (75,8%), e em realizar um ato de verificação no caso dos valores conferidos não serem os corretos (74,2%). Para além disso, também se observou que as empresas permitem o acesso às contas correntes dos clientes à tesouraria (60,6%), e não facultam cheques em branco aos empregados (87.5%). Estes factos mostram uma preocupação crescente por parte das empresas em controlar os seus meios financeiros líquidos.

No que respeita às contas bancárias, estas tendem a ser reconciliadas mensalmente (63.6%), sendo essa responsabilidade frequentemente da contabilidade (44.0%), mas pode ser também do responsável financeiro, do gerente, da administração, do banco, do departamento financeiro, do escritório, gerente, do responsável de tesouraria ou mesmo dos sócios. Ainda que com muito menos expressão, na nossa amostra, existem empresas

que não apresentam controlos específicos sobre os cheques devolvidos pelos bancos (18.8%), não conferem o valor total diário dos valores recebidos com extrato dos recibos e notas de crédito e de débito (24.2%), autorizam o acesso das contas correntes dos clientes à tesouraria (18.2%), que facultam cheques em branco aos empregados (12.5%) ou que não reconciliam mensalmente as suas contas bancárias (36.4%).

Perante estes resultados, pode-se concluir que os meios financeiros líquidos nas empresas inquiridas, estão ainda em fase muito remota face as exigências e condições atuais, cometendo as empresas falhas muito graves. No entanto, estes factos não significam que não existe um controlo interno mais rigoroso noutras vertentes do controlo interno.

6.2.2 - Compras de Bens e de Serviços e Dívidas a Pagar

As características dos procedimentos de auditoria interna relativas às compras de bens e de serviços e dívidas a pagar, está patenteado no apêndice 3, sendo uma área que apresenta um forte impacto na empresa.

No que diz respeito aos procedimentos relacionados com as compras de bens e serviços e dívidas a pagar, os itens menos consensuais estão mais centralizados na receção de bens com base numa cópia da ordem de compra (que não mencione as quantidades que foram encomendadas) e na emissão de faturas procedidas pela mesma pessoa que efetua a ordem de compra. Praticamente, metade (50.0%) da amostra centraliza estes pontos e a outra metade não o faz, pelo qual responderam a este ponto sensivelmente 30 empresas. Este aspeto pode causar confiança ao fornecedor dos materiais entregues, porém esses stocks podem não estar devidamente corretos e com qualidade, o que pode provocar erros de stock.

As empresas tendem a realizar consultas periódicas ao mercado a fim de detetarem novos fornecedores que ofereçam melhores condições (78.1%); a possuir um procedimento de controlo desde a emissão até ao arquivamento das faturas (81.8%) sendo realizado por pessoas de extrema confiança da empresa (75.8%); e a ter um registo de todas as contas a pagar, dos respetivos fornecedores verificadas mensalmente com a sua conta da razão

(81.3%). A não adoção destes procedimentos de controlo ocorre em cerca de 20% da amostra, o que é de facto uma área de controlo que as empresas estão a gerir com maior preocupação.

A responsabilidade da receção das faturas dos fornecedores variam entre as empresas, sendo por vezes atribuída a alguns funcionários, como o responsável de armazém, o gestor, o responsável pelas compras, o chefe/patrão, entre outras opções, especificadas no apêndice 3.

O controlo interno das empresas inquiridas neste ponto, contém um controlo mais eficaz que o anterior, porém apresentam ainda algumas falhas, não sendo um procedimento que possa colocar a empresa com graves problemas financeiros mas pode causar desfalque nos stocks.

6.2.3 - Pessoal

Os procedimentos de auditoria interna relacionados com o pessoal variam entre as empresas (ver apêndice 4). Pelo que 61.3% da amostra fazem inspeções físicas aleatórias periodicamente e controlam o absentismo nos funcionários (59.4%). Em que 40.6% não efetuam qualquer tipo de controlo sobre o absentismo e outros 9.4% elaboram este procedimento com moderação.

As pessoas são uma ferramenta essencial nas empresas, mas também fazem parte de um aspeto que as empresas estão vulneráveis a controlar automaticamente. Assim, este não é um tema muito pertinente no nosso estudo, mas ajuda a ver até que ponto as empresas inquiridas fazem este controlo.

6.2.4 - Inventários

Os procedimentos de auditoria interna relativamente aos inventários, é uma ferramenta essencial e primordial para um ótimo controlo de mercadorias, não sendo de facto um tipo de controlo de fácil aplicação.

A este nível as empresas tendem a apresentar: um sistema de inventário

permanente (57.6%); um sistema de controlo sobre quantidades (68.4%); revisões periódicas aos stocks para detetarem artigos excessivos(68.8%) com uma periodicidade mensal (58.3%) e trimestral (33,3%); controlo na emissão das entradas e saídas de mercadorias por um funcionário responsável (71.9%); contagens físicas realizadas por pessoas de confiança (66.7%) tendo uma regularidade mensal (43,8%) ou trimestral (9,4%) na qual três das trinta empresas inquiridas nunca fazem qualquer tipo de contagens; e investigações adequadas no caso em que se detete algum desfasamento no inventário sobre o número de artigos existentes em armazém e no número de artigos introduzidos no programa (63.6%). A ausência destes procedimentos de controlo é, portanto, bem menos expressiva na amostra, sendo neste caso, sensivelmente 30% da amostra.

É possível verificar ainda que, apenas metade da amostra declara ter um controlo individualizado sobre os produtos e trabalhos em curso (50%) e, tendencialmente, o responsável pelo ficheiro de quantidades existentes em armazém não é simultaneamente o único e fiel do armazém (72.2%). Efetivamente, deteta-se alguma diversidade quanto ao número de pessoas com acesso ao ficheiro de quantidades existentes em armazém, em que as respostas variam entre 1 e 37 pessoas, sendo que 32.1% restringem o acesso no máximo a duas pessoas, 25% a quatro pessoas e 42.9% a mais do que quatro pessoas (que representa que na maioria das empresas nesta percentagem, é concebida a todos os funcionários).

As empresas realizam contagens físicas principalmente para motivos relacionados com a gestão de stock, tendo sido apresentadas outras justificações, como o cálculo para inventário, a finalização de uma obra, ou por motivos de rigor. Uma melhor análise dos resultados é resumido no apêndice 5.

Os inventários é um tema que muitos auditores consideram fundamental para uma boa gestão (quando as empresas trabalham com mercadorias), o que mostra que as pequenas empresas madeirenses ainda não estão suscetíveis na tomada de posição em relação as inventários permanentes.

6.2.5 - Ativos fixos tangíveis

O apêndice 6, ilustra os resultados obtidos nos questionários, sobre os procedimentos de controlo interno nos ativos fixos tangíveis, estes ativos são bens de domínio privado a empresa, isto é, são bens que ajudam para o bom funcionamento da empresa, como por exemplo: computador da administração, secretárias dos funcionários, carros, entre outros.

De forma geral, as empresas declaram a existência de uma política de aprovação de compras de bens para as empresas (78.8%), mas esta pode ser aprovada por diferentes membros das empresas, como a gerência, a administração, a direção, entre outras opções especificadas no apêndice 6. Um pouco menos que metade da amostra, declara possuir inspeções físicas periódicas dos ativos fixos (40%), e um controlo rigoroso dos utensílios e das pequenas ferramentas (37.5%), sendo mais comum não existirem este tipo de procedimentos de auditoria na maior parte das empresas inquiridas.

Neste tipo de procedimentos, existe muita falta de rigor nos ativos fixos tangíveis, o que coloca em a causa falta de precisão dos utensílios que as empresas dispõem, como também de equipamentos necessários para uma melhorar confeção do trabalho na empresa.

6.2.6 - Vendas e dívidas a receber

Este é um dos procedimentos de controlo, que requer maior manuseamento e dedicação relativamente as condutas sobre as vendas e dívidas a receber (ver apêndice 7).

Com sensivelmente a mesma expressão, existem na amostra empresas com (50%) de limite de crédito estipulado para cada cliente e as restantes empresas com (46.9%) não possuem um limite de crédito para cada cliente anotado na respetiva ficha individual.

O controlo sobre as notas de crédito é uma prática generalizada (75% dos casos) sendo essa responsabilidade assumida por diferentes agentes dependendo da empresa (pela administração (29.2%), pelos funcionários (12.5%), pelo departamento financeiro (8.3%), entre outras opções). O controlo sobre as mercadorias enviadas a consignação, as

devoluções e os adiantamentos de clientes (67.7%), bem como o controlo sobre o valor que tem a receber do cliente com a conta da razão (78.1%) também são práticas generalizadas entre as empresas da amostra.

A aplicação de descontos aos empregados também é prática comum, sendo que em cerca de 45%, dos descontos são extensíveis a todos empregados (45.2%), e nos restantes casos aplicáveis apenas aos responsáveis de cada secção (35.5%), já que cerca de 20% das empresas não aplicam qualquer desconto aos funcionários.

Este tipo de procedimentos não consegue ser abrangente em todas as empresas, sendo que muitas delas não elaboram créditos a clientes, por isso é que quase metade das empresas responderam que não existe limite de crédito aos clientes.

6.3- Adequação do Controlo Interno na Amostra

Uma das hipóteses em estudo, e pela qual, a investigadora acredita que possa colocar as empresas numa situação desconfortável, deve-se ao facto de muitas das pequenas empresas madeirenses e não só, conterem um controlo interno rudimentar, não efetuando adequadamente os processos e medidas de controlo que possam ajudar a combater alguns fraudes e erros.

Podemos concluir através da nossa amostra que as empresas madeirenses, ainda não estão recetíveis na adaptação de procedimentos de controlo interno, o que nos leva a concluir que muitas das empresas “fecham portas” derivado da falta de normas praticadas pelas empresas, porém não é uma hipótese com certeza adquirida. Assim, não podemos concluir com garantia razoável a hipótese do controlo interno (H1 – as empresas madeirenses estão a utilizar adequadamente o sistema de controlo interno), devido as várias questões abordadas em vários setores da empresa, havendo nalguns setores falhas de maior gravidade que outras.

6.4 - Perceção e Resposta Face a Condicionabilidades Externas

O nosso estudo tem como objetivo primordial, averiguar os procedimentos perfilados pelas empresas madeirenses com a intenção de averiguar se os pontos mais fracos que colocam as empresas na falência e/ou em situação desfavorável. Por isso foram estudadas hipóteses que pudessem ajudar a perceber melhor o objetivo do estudo, através de condicionantes externas (fatores que não interferem no desempenho e execução do controlo interno) à empresa, que são elas a falta de verba do Estado em cumprir com as empresas, o acentuado aumento do IVA e o impacto das grandes superfícies e no aumento da concorrência local.

6.4.1 - Perceções sobre o Aumento do IVA

A grande maioria das empresas inquiridas sentiram uma diminuição de consumo desde Abril do ano passado (96.9%), e uma quebra nas receitas desde o aumento do IVA (87.5%), o que implicou modificar as suas políticas de gastos (90.6%). Os inquiridos indicaram algumas implicações desse aumento na continuidade da empresa, indicando que estas podem implicar a insolvência da empresa, a retração do consumo, o aumento de custos, ou a diminuição dos preços e conseqüente diminuição da margem de lucros (Apêndice 8).

Esta é sem dúvida a grande preocupação da maioria das pequenas empresas madeirenses, sendo que apenas 1 empresa não sentiu uma contração do consumo derivado do aumento do IVA, e cerca de 31 das empresas, respondem que esta condicionante veio a desencadear uma diminuição do consumo. Em geral, 28 das 33 empresas inquiridas afirmam ter tido uma redução no valor da receita e também ter procedido à uma alteração política estrutural de gastos.

6.4.2 - Perceções sobre a verba do Estado

A maioria das empresas inseridas na amostra não têm o Estado como cliente maioritário (82.8%). Nos únicos cinco casos em que o Estado é o cliente principal, o seu peso percentual no volume de negócios varia de 25 a 75%. A verba saldada pelo Estado tende a não estar nos requisitos que a empresa estipulou no contrato de crédito, e as empresas esperam no mínimo 6 meses para receberem do Estado. De forma generalizada, os inquiridos consideram que existem menos concursos públicos a que podem candidatar-se (71.4%). O apêndice 1 sistematiza o impacto do Estado nas empresas.

Na realidade, esta poderia ser sem dúvida uma das hipóteses válidas no nosso estudo, no entanto a maioria das empresas inquiridas não têm o Estado como cliente. Mas, caso a maioria da nossa amostra tivesse o Estado como cliente, o resultado poderia ser um pouco diferente, visto que a as empresas que trabalham com o Estado não recebem conforme é estipulado no contrato.

6.3.3 - Perceções sobre o aumento da concorrência e das grandes superfícies

A maior diversidade de resultados foi observada relativamente às perceções sobre o aumento da concorrência das grandes superfícies. A amostra demonstra que algumas empresas sentiram e outras que não sentiram o impacto negativo da entrada das grandes superfícies na região (50%), conseqüentemente, cerca de metade regista diminuição do lucro (46.7%), ativação de estratégias de marketing (48.4%), uma quebra moderada ou elevada na quantidade de vendas (63.3%), e a pressão para baixar os valores das mercadorias (43.3%) (Apêndice 9).

O aumento da concorrência é uma condicionante com algum impacto nas empresas inquiridas, contudo o impacto negativo pode ser contornado pela reestruturação dos gastos das empresas, como também com alterações no domínio das estratégias de marketing.

Capítulo 7 – Limitações do Estudo e Investigação Futura

As limitações apontadas no estudo estão associadas à recolha de informação nas empresas. Apesar de terem sido enviados questionários a muitas empresas, foram poucas as que foram efetivamente inquiridas, em muitos casos houve falta de disponibilidade. Os questionários foram elaborados através de uma ferramenta *on-line* para uma resposta rápida e prática por parte dos inquiridos, tendo este sido enviado através de *e-mail*. Este tipo de facilidade não foi suficiente para que as empresas respondessem, por isso, foi necessário a deslocação a algumas entidades como também a ajuda de pessoas que conheciam entidades com os requisitos pretendidos.

Para finalizar, este estudo é considerado um estudo exploratório pelo que não existe nenhum estudo desta dimensão e características na Região Autónoma da Madeira. Seria aliciante uma investigação mais aprofundada num determinado setor de atividade ou então num número maior de empresas para ter uma precisão estatisticamente mais significativa na conclusão das hipóteses.

Parte IV - Conclusão

Com a evolução dos mercados, as empresas começaram a adotar um sistema de controlo mais rigoroso, para poderem ter atitudes oportunas nas tomadas de decisão na gestão e na definição de objetivos.

Assim, para as empresas terem sucesso é necessário ter componentes adaptados a cada ambiente de mercado, em conjunto com determinados fatores nas várias vertentes da entidade, designadamente um sistema de controlo interno.

Na vertente da auditoria interna, inicialmente, o enfoque era no sistema de controlo interno, porém, com as novas tecnologias e com um mercado cada vez mais aberto ao mundo tecnológico, as empresas ficaram mais suscetíveis a outros tipos riscos, que comprometem um adequado sistema de controlo interno, sendo atualmente designado por risco de negócio.

O controlo interno é um procedimento da auditoria interna que, inicialmente, tinha como função primordial a deteção de fraudes e a salvaguarda dos ativos, posteriormente, e nos últimos tempos o conceito foi agrupando com o inicial passando pela deteção e redução de erros. Atualmente, o controlo interno está a direcionar a sua conceção para uma gestão de risco.

Este complemento entre o sistema de controlo interno e o risco de negócio é uma mais valia nas empresas, para mitigar os erros que a tecnologia no mercado pode causar.

O conceito de sistema de controlo interno é abordado em várias instituições internacionais e, com o decorrer do tempo as organizações têm adaptado o conceito e as medidas para um adequado sistema de controlo interno, com o objetivo de ajudar um grande leque de empresas. Um dos relatórios mais adaptados em todo o mundo é a organização COSO que, mesmo antes dos grandes escândalos nos mercados bolsistas que levaram a falência de muitas entidades, ajudou com medidas de controlo e de conceitos adequados para combater os erros na gestão das empresas.

Um adequado sistema de controlo interno visa essencialmente a continuidade da empresa, como também a obtenção dos objetivos traçados por cada entidade. No entanto, cada empresa tem diferentes tipos de mercado, de ambiente e de estrutura organizacional,

o que torna os objetivos diferentes para cada empresa, colocando à disposição um controlo interno vocacionado para o objetivo traçado.

O objetivo desta dissertação foi avaliar as condicionantes que têm levado a falência das pequenas empresas sediadas na ilha da Madeira e do Porto Santo, tendo envolvido um número representativo de 33 empresas desta região autónoma. A maioria das empresas da amostra estão sediadas na cidade do Funchal (69,3%) e 30 destas empresas estão registadas nas finanças pelo tipo de sociedades limitadas (LDA), em média, o número de funcionários das empresas é cerca de 23.

Uma das medidas do sistema de controlo interno são os meios financeiros líquidos, na qual, concluímos que metade da amostra não deposita diariamente os valores recebidos e que, 12,5% das empresas entregam cheques em branco aos funcionários, sendo que estes fatores podem fragilizar as empresas.

Um aspeto positivo é que cerca de 78,1% das empresas avaliam o mercado com a finalidade de detetar novos fornecedores e preços mais competitivos. Contudo, um ponto negativo na amostra representativa, demonstra que as empresas não têm um controlo adequado sobre o absentismo dos funcionários (40,6%).

Os inventários são uma das medidas de controlo em que as empresas possuem maiores erros, o que se confirma na nossa amostra em que 57,6% não realizam inventários permanentes e, apenas 14 empresas efetuam contagens físicas mensalmente. Esta medida é extremamente importante e pode colocar em causa a continuidade das empresas.

Os ativos fixos tangíveis nas pequenas empresas, podem não representar uma medida importante para um adequado sistema de controlo interno, já nas médias e grandes empresas apresenta e com grande enfoque. Nesta amostra representativa as empresas têm uma política de aprovação na aquisição de novos bens na ordem dos 78.8%.

A existência de controlo nas notas de crédito por parte de 75% das empresas é um aspeto importante no controlo interno e na adequação do balanço das contas das empresas 78,1% da amostra demonstra controlar o valor das contas dos clientes a receber com as contas da razão.

Uma das hipóteses mais explicativas para a falência das empresas desta região insular, está relacionada com o IVA que em 2011 aumentou 6 pontos percentuais, sendo que 96,9% responderam que sentiram uma diminuição acentuada do consumo.

Em relação à hipótese do Estado, esta pode ser uma hipótese válida, porém, na nossa amostra são poucas as empresas que trabalham com esta instituição e, aquelas que trabalham, na sua maioria, afirmam que têm havido menos concursos públicos e que o tempo de pagamento é superior a 1 ano.

A concorrência no mercado regional é moderadamente aceite pelas empresas madeirenses inquiridas pois, 50% admitem que sentiram um impacto negativo e 46,7% viram os seus lucros a diminuir.

Com este estudo, conclui-se que o sistema de controlo interno ainda é considerado remoto, e que existem algumas falhas na gestão do controlo, colocando muitas empresas com certas debilidades em algumas vertentes.

Bibliografia

- Amorim, Elizabeth (2005) *A lei Sarbanes-Oxley: O Impacto da Lei na Estrutura de Governança Corporativa*. Dissertação de Mestrado em Administração de Empresa. Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/5480/43267.pdf>[11 de Março de 2013]
- Barata, A. (1996) *Contabilidade, Auditoria e Ética nos negócios*. Lisboa: Editorial Notícias.
- Barbier, Etienne (1992) *Auditoria Interna, Como? Porquê?*. Portugal: Edições Cetop.
- Beja, Rui (2004) “Relato e Auditoria dos Riscos de Negócio”. Centro de Congresso do Estoril, 24 a 26 de Novembro de 2004. Estoril.
- Bushell, Sue (2006) “Cobit Requires Commitment” *CIO*, http://www.cio.com.au/article/160523/cobit_requires_commitment[13 de Abril de 2013]
- Colbert, J.; Bowen, P. (s.d) “A Comparison of Internal Controls: Cobit, Sac, Coso and Sas 55/78”,<http://ddata.overblog.com/xxxyyy/0/32/13/25/a-comparison-of-internal-controls-cobit--sac--coso-and-sas-5578.pdf>[20 de Março de 2013]
- Cordeiro, Ana (2011), *Auditoria Financeira: A Definição da Materialidade e o seu Impacto no Trabalho de Auditoria*. Relatório de Estágio em Gestão. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/18037/2/Relatorio%20de%20Est%C3%A1gio_AnaCordeiro%20%282006024655%29.pdf[20 de Maio de 2013]
- COSO, (1992) *Internal Control – Integrated Framework: Executive Summary*.
- COSO, (2004) *Enterprise Risk Management – Integrated Framework: Executive Summary*.

- COSO, (2007) Traduzido em Português, *“Gerenciamento de Riscos Corporativos – Estrutura Integrada: Sumário Executivo e Estrutura. Brasil: COSO.*
- COSO, (2009) *Internal Control – Integrated Framework: Guidance on Monitoring Internal Control Systems, Introduction.*
- COSO, (2010a) *Developing Key Risk Indicators to Strengthen Enterprise Risk Management.*
- COSO, (2010b) *Board Risk Oversight a Progress Report.*
- COSO, (2011) *Internal Control – Integrated Frameworks: Framework.*
- COSO, (2012) *Risk Assessment in Practice.*
- COSO, (2013) *Internal Control – Integrated Framework: Executive Summary.*
- Costa, Anabela (2008) *A Auditoria Interna nos Municípios Portugueses.* Dissertação de Mestrado em Contabilidade e Finanças. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.
https://estudogeral.sib.uc.pt/jspui/bitstream/10316/17846/1/Disserta%C3%A7aoAnabela_Final.pdf[6 de Março de 2013].
- Costa, Carlos (2010) *Auditoria Financeira: Teórica & Prática.* Portugal: Rei dos Livros.
- Coutinho, Clara (2011) *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: Teoria & Prática.* Coimbra: Edições Almedina.
- Deloitte, (2003) *Lei Sarbanes-Oxley: Guia para Melhorar a Governança Corporativa através de Eficazes Controlos Internos.* Brasil: Deloitte
- Duarte, Pedro (2011) *A importância do Sistema de Controlo Interno na Definição dos Procedimentos de Auditoria.* Relatório de Estágio em Economia. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.
https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/14722/1/PedroDuar...Vers%C3%A3o_Fin

[al_Final1.pdf](#)[6 de Março de 2013]

- Franco, H.; Marra, E. (1995) *Auditoria Contábil*. São Paulo: Editora Atlas.
- Frazier, D.; Spradling, L. (s.d), “The New SAS No. 78” *The CPA Journal*, <http://www.nysscpa.org/cpajournal/1996/0596/features/f40.htm>[30 de Abril de 2013].
- Gomes, Emília (s.d) “A importância do controlo interno” <http://pt.scribd.com/doc/58024012/controle-interno>[12 de Março de 2013].
- Guedes, Vera (2010) *Controlo Interno – Impacto das Tecnologias de Informação nos municípios*. Dissertação de Mestrado em contabilidade e Administração Pública. Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Aveiro da Universidade de Aveiro. <http://ria.ua.pt/bitstream/10773/3528/1/4752.pdf>[14 de Março de 2013].
- Hill, M.; Hill, A. (2000) *Investigação por Questionário*. Lisboa: Edições Sílabo.
- ISA – International Standard on Auditing 315, (2009) “*Identifying and Assessing the Risk of Material Misstatement Through Understanding the Entity its Environment*” <http://www.ifac.org/download/a017-2010-iaasb-handbook-isa-315.pdf>[14 de Março de 2013].
- IFAC, (2006) *Internal Controls – A Review of Current Developments*. New York: IFAC.
- IFAC, (2012) *Evaluating and Improving Internal Control in Organizations*. New York: IFAC.
- IIA, (2009a) *Enquadramento Internacional de Práticas Profissionais de Auditoria Interna*. Portugal: IPAI
- IIA, (2009b) *The Role of Internal Auditing in Enterprise-wide Risk Management*.UK and Ireland: IIA.
- ISA 320 (2009) *Materiality in Planning and Performing an Audit*. IFAC

- Mair, William (2002) *Systems Assurance and Control SAC: Executive Summary*. Florida: IIAAF.
- Marçal N.; Marques, F. (2011) *Manual de Auditoria e Controlo Interno no Sector Público*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Maroco, João (2010) *Análise Estatística: Com Utilização do SPSS*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Marques, Maria (2002) *Prestação de Contas no sector Público*. Lisboa: Dislivro.
- Mascarenhas, Ana (2010) *A Auditoria Interna e a criação de valor*. Dissertação de Mestrado em Contabilidade. Instituto Universitário de Lisboa. <http://repositorio-iul.iscte.pt/handle/10071/2851> [20 de Fevereiro de 2013].
- Mautz, Robert (1985) *Princípios de Auditoria*: Tradução e adaptação de Hilário Franco. São Paulo: Atlas
- Moeller, R. (2008) *Sarbanes-Oxley Internal Controls: Effective Auditing AS5, COBIT and ITIL*. Canada: John Wiley & Sons, Inc., <http://www.audidores-informaticos.com/descargas/sox/sarbanes-oxley-internal-controls-effective-auditing-with-as5-cobit-and-til.pdf> [20 de Abril de 2013]
- Morais, G.; Martins, I. (2007) *Auditoria Interna - Função e Processo*. Lisboa: Áreas Editora.
- Neves, João (2008) “*Importância de um sistema de controlo interno*” Revista da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas, http://www.otoc.pt/downloads/files/1213983276_60e61_gestao.pdf[20 de Março de 2013].
- Neves, João (2009) *Sistemas de Controlo Interno nas Pequenas e Médias Empresas no Concelho de Aveiro*. Dissertação de Mestrado em Contabilidade e Auditoria. Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial e Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Aveiro da Universidade de Aveiro.

<http://ria.ua.pt/bitstream/10773/1834/1/2009001223.pdf>[15 de Janeiro de 2013].

- OROC (1999) *Directriz de Revisão/Auditoria 320 – Materialidade de Revisão/Auditoria*.
- OROC (2000) *Directriz de Revisão/Auditoria (DRA) 410 – Controlo Interno*.
- PCAOB, (2010) “AU Section 319: Consideration of Internal Control in a Financial Statement Audit” AICPA, http://pcaobus.org/Standards/Auditing/Pages/AU319.aspx#ps-pcaob_0df2d337-3529-439e-9119-ad7bb1f8ad2e[13 de Abril de 2013]
- Pestana, M.; Gageiro, J. (2008) *Análise de Dados para Ciências Sórias: Complementaridade do SPSS*. Lisboa, Edições Sílabo.
- Pickett, K. (2005) *The Essencial Handbook of Internal Auditing*, Inglaterra: John Wiley & Sons, Ltd, <http://cte.univ-setif.dz/coursenligne/cheriguiomar/Ressources/TheEssencialHandbookofInternalAuditin g.pdf>[15 de Abril de 2013].
- Pinheiro, Joaquim (2010) *Auditoria Interna: Auditoria Operacional – Manual Prático para Auditores Internos*. Portugal: Rei dos Livros.
- Pires, José (2010) *Contributo da Auditoria na Detecção e Mitigação de Riscos Empresariais*. Dissertação de Mestrado em Auditoria. Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Instituto Politécnico de Lisboa. <http://hdl.handle.net/10400.21/84>[15 de Janeiro de 2013].
- Ramamoorti, S.; Weidenmeir, M. (2004) “*The Pervasive Impact of Information Technology on Internal Auditing*”, IIA RF
- Ridley, G., Young, J.; Carrol, P. (2004) “*COBIT and its Utilization from the literature*”. Conferência Internacional Anual do Hawaii, 5 a 8 de Janeiro de 2004.
- Rocha, Luís (2009) *Sistemas de Controlo Interno de Reporte Financeiro (SCIRF) no Grupo EDP – Energias de Portugal*. Projeto de Mestrado em Contabilidade. Instituto

Universitário de Lisboa. <http://repositorio-iul.iscte.pt/bitstream/10071/1853/1/Projecto%20Mestrado%20Lu%C3%ADs%20Rocha.pdf> [20 de Março de 2013]

- Sales, Francisco (1996) *“O Sistema de Controlo Interno da Empresa”*, IEEP- Instituto do Emprego e Formação Profissional, 1ª Edição
- Santos, Rui (2009) *Data Warehouse: Modelo de Auditoria e Controlo Interno*. Dissertação de Mestrado em Sistemas Integrados de Apoio à Decisão. Instituto Universitário de Lisboa. <http://hdl.handle.net/10071/2881> [12 de Fevereiro de 2013].
- Saraiva, Elsa (2009) *A Auditoria Interna em Instituições de Ensino Superior - O Caso do Ensino Público Politécnico*. Dissertação de Mestrado em Finanças Empresariais. Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Viseu do Instituto Politécnico de Viseu. <http://hdl.handle.net/10400.19/1095> [10 de Janeiro de 2013].
- Silva, Cecília (2009) *Importância atribuída pelos Empresários da Grande Lisboa ao Controlo Interno*, Dissertação de Mestrado em Contabilidade e Auditoria. Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial da Universidade de Aveiro. <http://ria.ua.pt/bitstream/10773/1730/1/2010000355.pdf> [14 de Março de 2013].
- Silva, Jaqueline (s.d) *Importância do Controlo Interno nas Empresas de Pequeno Porte – Estudo Caso: MR3 Mineração LTDA EPP*, Projeto da UNIVAG – Centro Universitário, http://www.univag.edu.br/adm_univag/Modulos/Producoes_Academicas/arquivos/A_IMPORTANCIA_DO_CONTROLE_INTERNO_NAS_EMPRESAS.pdf [30 de Maio de 2013]
- Sousa, Célia (2011) *O Controlo Interno no Contexto das Novas Tecnologias de Informação*. Dissertação de Mestrado em Contabilidade, Fiscalidade e Finanças Empresarias. Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa. <https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/4390/1/DM-CMPS-2011-TESE.pdf> [22 de Março de 2013].
- Teixeira, Maria (2006) *O Contributo da Auditoria Interna para uma Gestão Eficaz*.

Dissertação de Mestrado em contabilidade e Auditoria. Universidade Aberta. <https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/581/1/LC326.pdf>[12 de Fevereiro de 2013].

- Tribunal de Contas (1999) *Manual de Auditoria e de Procedimentos: Volume I*, Lisboa.

Sites Consultados:

COSO - *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*:
www.coso.org

IAPMEI - Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação:
http://www.eicpme.iapmei.pt/eicpme_faq_02.php?tema=7#97

ISA 315 – *International on Auditing Standards*: <http://pt.scribd.com/doc/70515255/ISA-315>

OROC – Ordem dos Revisores Oficiais de Contas: www.oroc.pt

IIA- *The Institute of Internal Auditors* :www.theiia.org

Wikipedia: <https://pt.wikipedia.org/>

Anexos

Anexo I - Diferenças das funções entre os auditores.

Auditor interno	Auditor externo
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Normas profissionais, incluindo as normas éticas e técnicas; ✓ Quadro da entidade (inclui as diferenças associadas ao revisor oficial de contas, figura criada pela legislação nacional, porque é auditor externo); ✓ O objetivo é atender às necessidades do órgão de gestão, contribuindo para o fortalecimento do sistema de controlo interno, gestão de risco e governance da entidade; ✓ O trabalho é executado tendo em conta as áreas operacionais e as linhas de responsabilidade administrativas; ✓ Deve ser independente no exercício da sua função; ✓ O controlo interno é avaliado a fim de poder expressar opinião acerca da eficiência e eficácia dos recursos da entidade; ✓ O exame das atividades é contínuo; ✓ A responsabilidade é de ordem geral, idêntica à dos restantes trabalhadores da entidade; ✓ Os relatórios não são dotados de “fé pública”, embora devam ser elaborados com objetividade e o detalhe adequado aos destinatários; ✓ Não pode fazer parte do conselho fiscal (alínea e) nº1 do art. 414.º-A do CSC), tem de conduzir a sua atividade com diplomacia, objetividade e independência. Tem de ser hábil nas relações humanas e na forma de comunicação. Tem de impor-se, sobretudo, pela sua competência e pelos seus conhecimentos; ✓ Acompanha permanentemente a atividade da entidade, o que lhe proporciona um melhor conhecimento do negócio, conferindo-lhe maior sensibilidade em relação a tudo o que se refere à entidade. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Normas definidas por lei, para além das normas éticas e técnicas definidas para a profissão; ✓ Profissional externo à entidade auditada; ✓ O objetivo é atender às necessidades de terceiros no que diz respeito à credibilidade das informações principalmente, para determinar a extensão, profundidade e calendarização dos exames a efetuar às contas; ✓ O trabalho é executado tendo em conta os elementos das demonstrações financeiras; ✓ Deve de ser independente em relação à administração, havendo na lei incompatibilidades gerais, específicas, absolutas, relativas e impedimentos (art. 75/6/7/8/9 do Dec-Lei 487/99 e art. 414.º-A CSC); ✓ A opinião acerca do controlo interno focaliza-se na segurança das operações e o seu impacto nas demonstrações financeiras em detrimento da eficácia e eficiência dos recursos; ✓ O exame das informações das demonstrações financeiras é descontínuo; ✓ São responsáveis para com a sociedade, sócios e credores sociais (art. 82.º do CSC, N.º 2 do art. 24.º da Lei geral tributária). É uma responsabilidade única e indivisível; ✓ Os relatórios podem ser dotados de “fé pública”, caso da “certificação legal de contas”, só podendo ser impugnada judicialmente; ✓ Caso se trate de um Revisor oficial de contas é nomeado pela Assembleia-Geral, pode fazer parte do órgão de fiscalização e a sua atividade tem suporte legal. Emite um tipo de relatório que acompanha as contas, obrigatoriamente; ✓ O acompanhamento é intermitente, e em varias entidades. Se por um lado, conhece pior cada entidade auditada, por outro poderá deter uma vasta experiencia, fruto de auditar numerosas entidades.

Fonte: Morais & Martins (2007)

ANEXO II – Evolução dos paradigmas da auditoria interna

Caraterísticas	Velho paradigma	Novo paradigma
Enfoque da auditoria interna	Controlo Interno	Risco de negócio
Resposta da auditoria interna	Reativa, após os factos, descontinua, observadora das iniciativas de planeamento estratégico	Proactiva, tempo real, monitorização contínua, participante nos planos estratégicos
Avaliação de risco	Fatores de risco	Planeamento de cenários
Testes de auditoria interna	Controlos importantes	Riscos importantes
Métodos de auditoria interna	Ênfase em testes de controlo detalhados e completos	Ênfase na importância e abrangência dos riscos de negócios cobertos
Recomendações da auditoria interna	Controlo interno: ⇒ Reforço; ⇒ Custo-benefício; ⇒ Eficiência/eficácia	Gestão de risco: ⇒ Evitar/diversificar o risco; ⇒ Partilhar/transferir o risco; ⇒ Controlar/aceitar o risco
Relatórios de auditoria interna	Dirigidos aos controlos funcionais	Dirigidos aos riscos dos processos
Papel da auditoria interna	Função de avaliação independente	Integra a gestão de risco e a governação

Fonte: Mc Namee & Selim citado por Castanheiro (2007 apud Costa 2008)

Anexo III - Exemplo de folha de trabalho para avaliação do controlo interno

Componentes do controlo	Bem controlado A	Satisfatoriamente Alto B	Satisfatoriamente Baixo C	Oportunidades Materiais para Aperfeiçoamento D	Fraquezas Materiais E
Ambiente do controlo					
Avaliação do risco					
Atividades de controlo					
Informação e comunicação					
Supervisão					
Relatório:	Eficaz	Adequado	Problemas sérios	Divulgação	Adverso

Fonte: Morais & Martins (2007)

Anexo IV - Análise comparativa dos modelos

	COBIT	COSO	SAS 55/78	SAC
Focalizado	Administração, pessoas da empresa, auditores de sistemas de informação	Administração	Auditores externos	Auditores internos
Objetivo organizacional	Executar eficaz e eficiente, integridade e disponibilidade da informação, Demonstrações financeiras confiáveis, Conformidade com as leis e regulamentos	Operar eficaz e eficiente em conformidade com os relatórios financeiros de acordo com as leis e regulamentos	Demonstrações financeiras confiáveis, operações eficaz e eficiente em conformidade com as leis e regulamentos	Operações eficazes e eficientes, em conformidade com os relatórios financeiros e com as leis e regulamentos
Componentes ou domínios	planeamento/ organização; aquisição/ implementação; acompanhamento/supervisão; entrega/suporte	Ambiente de controlo; avaliação dos riscos; atividades de controlo; informação e comunicação; supervisão	Ambiente de controlo; avaliação dos riscos; atividades de controlo; informação e comunicação; supervisão	ambiente de controlo, procedimentos de controlo e sistemas automatizados
Foco	Tecnologia de informação	Gestão de riscos	Contexto financeiro da empresa	Tecnologias de informação

Fonte: Colbert & Bowen

Apêndices

Apêndice I - Caracterização da amostra (N=33)

		N	%
Tipo de empresa	LDA	30	90,9
	Unipessoal	1	3
	SA	2	6,1
	Total	33	100,0
Sede	Funchal	23	69,7
	Fora do Funchal	10	30,3
	Total	33	100,0
Dimensão	Entre 10 – 18 funcionários	18	54,5
	Mais de 18 funcionários	15	45,5
	Total	33	100,0
Antiguidade	Entre 1 a 20 anos	17	51,5
	Mais de 20 anos	16	48,5
	Total	33	100,0
Sector	Restauração	5	15,2
	Automóvel	4	12,1
	Assistência técnica	1	3
	Construção civil	3	9,1
	Farmácia/produtos farmacêuticos	3	9,1
	Materiais Construção	3	9,1
	Hotelaria	2	6,1
	Lavandaria	2	6,1
	Turismo	2	6,1
	Calçado	1	3
	Comércio	1	3
	Comércio/Oculista	1	3
	Comércio/Padaria	1	3
	Comércio/Papelaria	1	3
	Comércio/Vestuário	1	3
	Electrodomésticos	1	3
Vestuário	1	3	
Empresa como o Estado como cliente maioritário	Sim	5	17,2
	Não	24	82,8
	Total	29	100
	NR	4	
Peso do Estado na empresa	0%	28	84,8
	25%	1	3
	50%	1	3
	55%	1	3
	65%	1	3
	75%	1	3
	Total	33	100,0
A verba presente nos requisitos que a empresa estipulou no contrato de crédito com o Estado	Sim	5	31,3
	Não	11	68,8
	Total	16	100
	NR	17	
Tempo que leva para receber do Estado	6 meses	1	14,3
	8 meses	1	14,3
	1 ano	2	28,6
	mais de 1 ano	3	42,9
	Total	7	100,0
	NR	26	
Tem havido menos concursos públicos onde possa candidatar-se?	Sim	10	71,4
	Não	4	28,6
	Total	14	100
	NR	19	

Nota. As diferenças no total são consequência das não respostas (NR).

Apêndice II - Procedimentos de auditoria interna relativos aos meios

financeiros líquidos (N=33)

		N	%
1- Os valores recebidos são diária e integralmente depositados no banco por um empregado responsável que não pertence a tesouraria nem a contabilidade?	Sim	17	51,5
	Não	16	48,5
	Total	33	100,0
2- Há controlos específicos sobre os cheques devolvidos pelos bancos?	Sim	26	81,3
	Não	6	18,8
	Total	32	100,0
	NR	1	
3- Os empregados que efetuam registos nas contas correntes de clientes têm acesso aos valores recebidos ou à secção de tesouraria?	Sim	16	50,0
	Não	16	50,0
	Total	32	100,0
	NR	1	
4- Se a empresa efetua faturas simplificadas/ faturas são conferidas diariamente o total dos valores recebidos com o extrato dos recibos, juntamente com a notas de crédito e de débito?	Sim	25	75,8
	Não	8	24,2
	Total	33	100,0
5- No caso de os valores conferidos não forem corretos é prosseguido um ato de averiguação?	Sim	23	74,2
	Não	8	25,8
	Total	31	100,0
	NR	2	
6- Os empregados da tesouraria têm acesso às contas correntes dos clientes?	Sim	20	60,6
	Não	6	18,2
	Alguns	5	15,2
	Não aplica	2	6,1
	Total	33	100,0
7- São assinados cheques em branco e fornecidos a um empregado?	Sim	4	12,5
	Não	28	87,5
	Total	32	100,0
	NR	1	
8- As reconciliações bancárias são realizadas mensalmente?	Sim	21	63,6
	Não	12	36,4
9- Por quem é feita a reconciliação bancária?	Contabilidade	11	44,0
	Responsável financeiro	4	16,0
	Gerente	3	12,0
	Administração	1	4,0
	Banco	1	4,0
	Departamento financeiro	1	4,0
	Escritório	1	4,0
	Patrão	1	4,0
	Responsável de tesouraria	1	4,0
	Sócios	1	4,0
	Total	33	100,0
	NR	8	100

Nota. As diferenças no total são consequência das não respostas (NR).

Apêndice III - Procedimentos de auditoria interna relativos a compras de bens e de serviços e dívidas a pagar (N=33)

		N	%
1- Fazem-se consultas periódicas ao mercado a fim de se detetarem novos fornecedores que ofereçam melhores condições de preço, qualidade, prazo, descontos e outros fins?	Sim	2	78,1
		5	
	Não	7	21,9
	Total	3	100,
		2	0
	NR	1	
2- No caso de existir mais do que um armazém, há apenas um local onde são rececionados quantitativamente e qualitativamente todos os bens com base numa cópia da ordem de compra que não mencione as quantidades que foram encomendadas?	Sim	1	50,0
		5	
	Não	1	50,0
		5	
	Total	3	100,
	0	0	
	NR	3	
3- Quem recepciona as faturas dos fornecedores?	Funcionário(s)	9	30,0
	Escritório	3	10,0
	Responsável de armazém	3	10,0
	Gestor/responsável pelas compras	3	10,0
	Chefe/patrão	2	6,7
	Armazém central	1	3,3
	Chefes de secção	1	3,3
	Contabilidade	1	3,3
	Departamento financeiro	1	3,3
	Escritório/ armazém	1	3,3
	Gerente	1	3,3
	Responsável de cada secção	1	3,3
	Responsável financeiro	1	3,3
	Sócio-gerente	1	3,3
	Sócios	1	3,3
	Total	3	100,
		0	0
	NR	3	
4- Existe algum controlo desde da emissão até ao arquivamento das faturas?	Sim	2	81,8
		7	
	Não	6	18,2
4.1- É sempre elaborado pela mesma pessoa?	Sim	1	42,4
		4	
	Não	1	57,6
		9	
4.2- Essa pessoa é de extrema confiança para a empresa?	Sim	2	75,8
		5	
	Não	8	24,2
5- Existe um registo de todos as contas a pagar dos respetivos fornecedores sendo confrontados mensalmente com a vossa conta da razão?	Sim	2	81,3
		6	
	Não	6	18,8
	Total	3	100,
	2	0	
	NR	1	

Nota. As diferenças no total são consequência das não respostas (NR).

Apêndice IV - Procedimentos de auditoria interna relativos a pessoal (N=33)

		N	%
1- Fazem-se periodicamente, de modo aleatório, inspeções físicas?	Sim	12	38,7
	Não	19	61,3
	Total	31	100,0
	NR	2	
2- Existe controlo sobre o absentismo?	Sim	16	50,0
	Não	13	40,6
	Moderadamente	3	9,4
	Total	32	100,0
	NR	1	
Total		33	

Nota. As diferenças no total são consequência das não respostas (NR).

**Apêndice V - Procedimentos de auditoria interna relativos a inventários
(N=33)**

		N	%
1- Existe o sistema de inventário permanente?	Sim	19	57,6
	Não	14	42,4
	Total	33	100,0
1.1- Existe algum controlo sobre as quantidades?	Sim	13	68,4
	Não	6	31,6
	Total	19	100,0
	NR	14	
2- O responsável pelo ficheiro de quantidades existentes em armazém, é simultaneamente o único e fiel do armazém?	Sim	9	27,3
	Não	24	72,7
	Total	33	100,0
2.1- Quantas pessoas tem acesso?	1-2	9	32,1
	3-4	7	25,0
	+4	12	42,9
	Total	28	100,0
	NR	5	
2.2- Essas pessoas são de confiança?	Sim	24	72,7
	Não	9	27,3
	Total	33	100,0
3- É revisto periodicamente o ficheiro de quantidades tendo como objetivo de detetarem obsoletos e artigos excessivos ou artigos com pouco movimento?	Sim	22	68,8
	Não	10	31,3
	Total	32	100,0
	NR	1	
3.1- Qual a periodicidade?	Mensalmente	14	58,3
	Trimestralmente	8	33,3
	Semestralmente	1	4,2
	Anualmente	1	4,2
	Total	24	100,0
NR	9		
4- Existe controlo individualizado sobre os produtos e trabalhos em curso?	Sim	14	50,0
	Não	14	50,0
	Total	28	100,0
	NR	5	
5- Existe controlo na emissão das entradas e saídas de mercadorias por um funcionário responsável?	Sim	23	71,9
	Não	9	28,1
	Total	32	100,0
	NR	1	
6- De quanto em quanto tempo é efetuada as contagens físicas?	Mensalmente	14	43,8
	Trimestralmente	3	9,4
	Semestralmente	5	15,6
	Anualmente	7	21,9
	Nunca	3	9,4
	Total	32	100,0
NR	1		
6.1- Qual o motivo que leva a fazer as contagens?	Controlo/verificação de stocks	20	74,1
	Cálculo para o inventário	5	18,5
	Finalizado obra	1	3,7
	Rigor	1	3,7
	Total	27	100,0
	NR	6	
7- A pessoa que elabora e faz a contagem física, é de extrema confiança?	Sim	22	66,7
	Não	11	33,3
	Total	33	100,0
8- Quando existe algum desfasamento no inventário sobre o número de artigos existentes em armazém, e no número de artigos introduzidos no programa, são resultado de uma adequada investigação?	Sim	21	63,6
	Não	12	36,4
	Total	33	100,0

Nota. As diferenças no total são consequência das não respostas (NR).

Apêndice VI – Procedimentos de auditoria interna relativos a ativos fixos tangíveis (N=33)

		N	%
1- Existe uma política de aprovação de compras de bens?	Sim	26	78,8
	Não	7	21,2
1.1- Por quem é aprovado?	Gerente	8	30,8
	Administração	3	11,5
	Direção	3	11,5
	Sócio gerente	3	11,5
	Sócios	3	11,5
	Patrão	2	7,7
	Responsável de compras	2	7,7
	Comercial/gerente	1	3,8
	Farmacêutico	1	3,8
	Total	26	100,0
	NR	7	0
2- São elaboradas inspeções físicas periódicas dos ativos fixos, e comparam os resultados obtidos com os que foram introduzidos no sistema?	Sim	12	40,0
	Não	17	56,7
	Não Aplica	1	3,3
	Total	30	100,0
	NR	3	0
3- Existe um controlo rigoroso dos utensílios e das pequenas ferramentas?	Sim	12	37,5
	Não	19	59,4
	Não aplica	1	3,1
	Total	32	100,0
	NR	1	0

Nota. As diferenças no total são consequência das não respostas (NR).

Apêndice VII – Procedimentos de auditoria interna relativos a vendas e dívidas a receber (N=33)

		N	%
1- Existe um limite de crédito para cada cliente e este está anotado na respetiva ficha individual?	Sim	16	50,0
	Não	15	46,9
	Não Aplica	1	3,1
	Total	32	100,0
	NR	1	
2- Existe um controlo sobre as notas de crédito?	Sim	24	75,0
	Não	8	25,0
	Total	32	100,0
	NR	1	
2.1- Por quem é elaborado?	Administração	7	29,2
	Funcionários	3	12,5
	Departamento financeiro	2	8,3
	Gestor	2	8,3
	Responsável financeiro	2	8,3
	Chefe	1	4,2
	Contabilidade	1	4,2
	Escritório	1	4,2
	Gerente e contabilidade	1	4,2
	Responsável da faturação	1	4,2
	Responsável da loja	1	4,2
	Seção de cobranças	1	4,2
	Sócio	1	4,2
	Total	24	100,0
	NR	9	
3- Tem controlo sobre as mercadorias enviadas a consignação, sobre as devoluções de clientes e adiantamentos de clientes?	Sim	21	67,7
	Não	6	19,4
	Não Aplica	4	12,9
	Total	31	100,0
	NR	2	
4- Os empregados estão sujeitos a aplicação de descontos excepcionais?	Todos os funcionários	14	45,2
	Apenas aos responsáveis de secção	11	35,5
	Não Aplica	6	19,4
	Total	31	100,0
	NR	2	
5- Existe controlo sobre o valor que tem a receber do cliente com a conta da razão?	Sim	25	78,1
	Não	7	21,9
	Total	32	100,0
	NR	1	

Nota. As diferenças no total são consequência das não respostas (NR).

Apêndice VIII - Percepções sobre o aumento do IVA (N=33)

		N	%
1- Desde de Abril do passado ano, tem sentido uma diminuição do consumo?	Sim	31	96,9
	Não	1	3,1
	Total	32	100,0
	NR	1	
2- Desde do aumento do IVA na região, a empresa está a gerar menos receita?	Sim	28	87,5
	Não	4	12,5
	Total	32	100,0
	NR	1	
3. Em que medida que o aumento do IVA poderá por em causa a continuidade da empresa?	Causando a insolvência/falência da empresa	4	26,7
	Retração do consumo final	4	26,7
	Aumento de custos e a retração do consumo final	3	20,0
	Falta de liquidez da empresa	2	13,3
	Aumento de custos	1	6,7
	Implica baixar preços, diminuir a margem	1	6,7
	Total	15	100,0
	NR/NA	18	
4- Com este aumento, viu-se obrigado a mudar a política de gastos?	Sim	29	90,6
	Não	3	9,4
	Total	32	100,0
	NR	1	

Nota. As diferenças no total são consequência das não respostas (NR).

Apêndice IX – Percepções sobre o aumento da concorrência (N=33)

		N	%
1- Sentiu algum impacto negativo na empresa desde do momento que as grandes superfícies/concorrência local entrou na região?	Sim	15	50,0
	Não	15	50,0
	Total	30	100,0
	NR	3	
2- Teve alguma diminuição do lucro, desde a sua entrada?	Sim	14	46,7
	Não	16	53,3
	Total	30	100,0
	NR	3	
3- Viu-se forçado a alterar a sua estratégia de marketing?	Sim	15	48,4
	Não	16	51,6
	Total	31	100,0
	NR	2	
4- A empresa sentiu uma grande quebra na quantidade de vendas?	Muito	7	23,3
	Moderado	12	40,0
	Pouco	11	36,7
	Total	30	100,0
	NR	3	
5- Desde a entrada das grandes superfícies, sentiu na “obrigação” de baixar os valores das mercadorias, para poder concorrer?	Sim	13	43,3
	Não	17	56,7
	Total	30	100,0
	NR	3	

Nota. As diferenças no total são consequência das não respostas (NR).